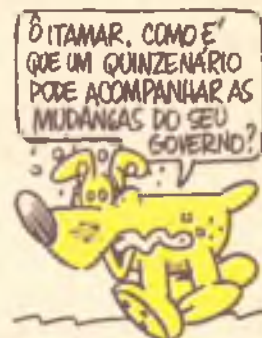


BRASIL AGORA



ANO II Nº 40

7 A 20 DE JUNHO DE 1993

CR\$ 50.000,00

KIPPER



PT
Fatos e cenários
do 8º Encontro
PÁGINAS 4 E 5

FOLHA IMAGEM



MENORES
Fleury aposta
na repressão
PÁGINA 10

CARCANO



ÁFRICA DO SUL
Divisões freiam
luta contra o
racismo
PÁGINA 14



O presidente e o tucano Fernando Henrique crêem que poderão vencer a crise, mantendo a mesma política econômica e arrochando ainda mais os gastos públicos. Aonde estes planos os (nos) levarão?

PÁGINAS 8 E 9

ITAMAR VAI À GUERRA

LUGAR AO SOL

Claudemir Benedito Francisco, Kiklau, o moço que veio de Sorocaba. Como diria um famoso locutor esportivo, não joga bola, não é nenhum "ás" da pelota. É músico. Kiklau pratica a ginástica da batalha por um lugar ao sol nesta terra de Deus e do diabo.

Ele é empresariado por Sílvia, que por sinal é dona de uma academia de ginástica. A luta, para ele, não tem sido fácil. Afinal, há muitos anos - desde 68, quando a ditadura Médici se encarregou de acabar com os festivais da canção e botou para correr Geraldo Vandré, Caetano e Gil - este país pouco tem feito em favor dos novos talentos musicais. "Já não fazem mais festivais da canção como antigamente. Hoje, os poucos que pintam é tudo jogo de cartas marcadas. Uma máfia desgraçada", dispara Kiklau. "A batalha no mano-a-mano pra conseguir apresentações em festas, churrascarias e quando não em estações de metrô é super árdua. Exige de mim uma verdadeira ginástica. São muitos os talentos existentes por aí", ressalta Sílvia. E conclui: "Os canais de tevê deviam abrir mais os seus espaços pra gente nova".

Mas, assim tipo mambembegano, como na canção de Chico Buarque, Kiklau solta sua voz nas estradas, com apresentações aqui e ali. Centro Cultural Jabaquara, Largo Cultural de Itaquera etc., etc. E gira pelo interior. Interior, sim, por que não, uai? Afinal a maior parte das músicas compostas por ele e Robson tem características regionalíssimas. Coisas como: Cachoeira, Querubim, Centro-Oeste, Passarinho, Sentindo a vida, bem longe da pieguice dor-de-corno dos Leandros e Chororós, nos fazem testemunhas auditivas da natureza patropi. Mas Kiklau também tem, como toda cabeça pensante, preocupações com o social-urbano.

O efeito da mistura é acachapante, como diria Nelson Rodrigues. "Quando canto Salário-Mínimo para uma platéia na capital, estou me dirigindo ao pobre diabo que veio do interior cheio de esperanças e está quebrando a cara por aí", filosofa Kiklau.

Kiklau vem desenvolvendo um trabalho muito interessante junto à Febem, fazendo periódicos shows nessa casa de filhos de maiores abandonados. "E impressionante o comportamento da garotada durante o show. Eles curtem mesmo, de verdade. Parecem gente grande," brinca. Ao ser perguntado se valeria a pena a Febem ter escolinhas de música em todo o país, reage afirmativo: "O que é isso, companheiro? É claro que sim".

LUSCAR
São Paulo, SP

OPÇÃO SEXUAL

Como leitora do *Brasil Agora* faço uma crítica à charge publicada no nº 38. Ela é extremamente preconceituosa. O PT sempre lutou contra todo tipo de discriminação e esse é um dos motivos que ainda me faz acreditar no partido. Por isso é uma ato muito consciente tratar destes problemas que abalam a população, como a Aids, mas vale lembrar que a opção sexual faz parte da

EM MATÉRIA DE MORAL E BONS COSTUMES EU SOU PC. POLITICAMENTE CACHORRO!



DIRETOR: JOÃO MACHADO. EDITOR: JOSÉ AMÉRICO DIAS. EDITOR DE ARTE: CACO BISOL. REDAÇÃO: ANTONIO MARTINS, FLÁVIO AGUIAR, HAMILTON CARDOSO, MOUZAR BENEDITO, VALTER POMAR. SECRETARIA: ADELIA CHAGAS. SUCCURSAL RIO GRANDE DO SUL: LUCIANE FAGUNDES, JOSÉ LUIZ LIMA E MARCO ANTONIO SCHUSTER. COMPÓSQUÊ E REVISÃO: CÉLIO CRUZ. DIGITAÇÃO: ELIZABETE D. DA SILVA. EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: JOTA MARANHÃO E FÁBIANO CIAMBRA. PRODUÇÃO GRÁFICA: FÁBIANO CIAMBRA. COLABORADORES: ALAN RODRIGUES, ALIPIO FREIRE, ALOÍSIO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CARLOS FON, ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ, CÍCIOS CASTRO, BERNARDO KUCINSKI, BRENO AITMAN, CARLOS E. CARVALHO, CÉLIO HORTA, CÉLIO, CRISTINA CAMPOS, CLÁUDIO SCHUSTER, DENISE NEUMANN, EDMILSON DE SOUZA, ELIANA ALVES DE MORAIS, EMIR SADER, EUGÊNIO BUCC, FERNANDA ESTIMA, FERNANDO PAMA, FEMAR ON MAUÉS, FLÁVIA DE SAMPAIO LEITE, FLÁVIO LOUREIRO, FLÁVIO PACHALSKI, GENARO URSO, HELOÍSA SILVA, HUGO SCOTTE, IVAN SENAS, ISAAC ARCEBUD, JOÃO ANTONIO, JOSÉ ROCHA, JUAN PEZZUTO, LUAREZ GUIMARÃES, JUSTINO PEREIRA, K. P. P. LINETE MARTINS, LUSCAR, MANOEL ALVAREZ, MARGA BRAGA, MÁRCIA MOREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENCIGLIERA, MARCO AURELIO GARCIA, MARCOS SOARES, MARIA LÚCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JACOBSEN, MARIBONDI, MARISA MELIAN, MARZA DIAS COSTA, MADALEIA, MILTON FOGO, NELSON RIOS, NUNÍMIO MIRANDA, NORMA SUELI O. REIS, NORA NAPOLI, OHI, PATO, PATRÍCIA CORNELL, PAULO BARBOSA, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZILBERMANN, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, RAIMUNDO

BRASIL AGORA

PEREIRA, ROGÉRIO SOUZA, RUI FAICÃO, RUTH BUENO DE ABALLO, SÉRGIO CANOVA, SÉRGIO SISTER, WALTER ONO, WLADIMIR POMAR. A OPINIÃO DOS ARTISTAS NÃO REPRESENTA NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL.

BRASIL AGORA É UMA PUBLICAÇÃO QUINZENAL DA EDITORA BRASIL AGORA LTDA. - ALAMEDA GUEF, 1049 - CEP 01215 - SÃO PAULO (SP)

FOFES: 222 6316/222 4326/220 7718. FAX: (011) 222 2865. ADMINISTRAÇÃO: M.º AICE DE P. SANTOS. ASSISTENTE: IVANILDA ALVES. DEPARTAMENTO DE CIRCULAÇÃO (COORDENAÇÃO GERAL): MARIA OCETE G. DE CARVALHO E JOSÉ LUIS NADAI. ANA MARIA ALVES (ASSINATURAS), GUILBERTO GENEIRA (DIGITAÇÃO), GERENTE DE DESENVOLVIMENTO: PAULO M. SOUZA. GERENTE DE MARKETING: ÉDER DE ABALLO SANTOS. ASSINATURAS: RIO DE JANEIRO: ANA CLÁUDIA F. GONCALVES (021) 242 0793. PORTALEZAL: JOSÉ VITAL (085) 252 1992. PORTO ALGARES: MOISÉS BALESTRO (051) 221 7733. BELÉM: JOSÉ MARIA R. DE SOUZA FILHO (091) 224.8579. BILO HORIZONTE: ANTONIO DE PAULA BONGES (CEBOLA) (031) 222 3811. FLORIANÓPOLIS: PAULO EDUARDO SOUZA, ELIZABETH A. BERNARDO (0482) 23 5907. EXPEDIÇÃO: JOÃO A. GUEVARA. SERVIÇOS GERAIS: SILVANIA M. FERREIRA, FERNANDO S. SIQUEIRA, LUCILENE B. SILVA, MARCELO L. C. PONTES. IMPRESSÃO: DIÁRIO DE MOGI. DISTRIBUIÇÃO: DINAP S/A. TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 35 000 EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS NO DIA 02 DE JUNHO DE 1993. JORNALISTA RESPONSÁVEL: JOSÉ AMÉRICO DIAS

PESQUISA PREMIADA

Uma pesquisa coordenada por Raquel Moreno recebeu menção honrosa do Prêmio Pesquisa, da Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado (SBPM) e da Revista Propaganda e Marketing, pela sua inovação tecnológica e pelo seu conteúdo de interesse social. A pesquisa, sobre o candidato Suplicy ao cargo de prefeito, em 1992, desviou-se para a reação da população às denúncias de corrupção do governo Collor.

cotidianamente... Caros responsáveis, essa "piadinha" foi, no mínimo, um espanto!!

Desde quando dançar, rebolar ou trocar beijinhos, não se importa entre mulheres ou homens, merece ser tratado com preconceito e uma "pitada" de segundas intenções? Nada contra piadas, desde que não sejam de assumido mau gosto!

CÉLIA MARA SANTOS
Araraquara, SP

ENTREVISTA I

Na entrevista publicada no *Brasil Agora* nº 37, com Lula, gostaríamos de abordar a linguagem utilizada pelo candidato à presidência da República. Consideramos inadmissível ver em um jornal petista e que circula em todo país, expressões como: "songador de impostos tem que tomar pau", e "nós com nós, e o resto vai à merda...", transcrito como discurso literal de Lula.

Imaginávamos que Lula estivesse se dedicando mais aos estudos, não só da língua, como dos graves problemas sociais do país, a fim de aperfeiçoar suas intervenções, discursos e entrevistas. Mas, lamentavelmente, aparece o Lula com os mesmos problemas da última eleição e nem os bons marketeiros poderão renovar sua imagem se ele continuar a usar estes termos de "baixo calão".

Sugerimos aos editores do Bra-

sil *Agora* que estes termos sejam "pincelados", "filtrados" ou "traduzidos" para uma linguagem menos agressiva aos assinantes do jornal.

ROSANE MAGALY MARTINS
Blumenau, SC

ENTREVISTA II

A segunda abordagem que gostaríamos de nos referir, em relação a entrevista, é sobre a política de alianças e o programa de governo, assuntos centrais da matéria. O PT é um partido socialista, por isto o programa democrático popular implantado deve ter claro certas questões.

O financiamento deste programa será possível mediante a utilização de recursos oriundos da economia propiciada pela suspensão do pagamento da dívida externa e pela adoção de uma rigorosa reforma tributária que atinja 10% do patrimônio dos 1% mais ricos da população. E mais: o controle do capital financeiro e do comércio exterior, o combate à fuga de capitais e à sonegação, a renegociação e alongamento da dívida interna gerarão recursos de investimentos econômicos e sociais para que o Estado possa, sob a direção petista, desempenhar o papel imprescindível por que nosso povo anseia.

As alianças com outros partidos devem passar pela discussão deste programa democrático-popular. Lula já pensa em discutir

ÚLTIMA CHAMADA PARA CUBA

Você ainda pode concorrer a uma viagem a Cuba, fazendo sua assinatura anual de apoio até dia 07/06/93, às 19:00h.

LIGUE GRÁTIS PARA
0800-11.1300

SORTEIO DIA 07/06/93, ÀS 20:00 H, NA SEDE DO JORNAL

GRÁTIS ATÉ EU QUERO... GARCIM... MANDA UMA ASSINATURA E UMA GARRAFA DE RUM!



alianças com as cúpulas de partidos sociais democráticos sem discutir antes com a sociedade civil e com os movimentos populares e outras forças partidárias, mas devemos combater este tipo de postura.

O PT deve se empenhar na busca de adesão de segmentos sociais, incluindo aí pequenos e médios proprietários. Priorizamos alianças com todos os partidos de esquerda (PSB, PCdoB, PPS e outros) e devemos procurar atrair setores democráticos e populares do PSDB e PDT, mas isto não significa discutir alianças e programas com a cúpula destes partidos.

VERA LÚCIA CASTELLAIN
Blumenau, SC

SÓ COM ELOGIO

Defesa da Erundina, jantares com a Fiesp, militares e empresários. Será que não bastou o plebiscito interno para colocarem a barba de molho? Será que precisa elogiar para a carta ser publicada? Se precisa aí vai: o José Dirceu estava muito bem no programa da Hebe (sic).

JÚLIO CÉSAR SILVA
Barra Mansa, RJ

SAIU NA FRENTE

Parabéns ao *Brasil Agora* por considerar nas reportagens e artigos a questão racial. Ao levantar as diferenças étnicas das relações sociais, ele desmascara o conceito de uniformidade e proporciona o debate sobre gênero, raça e poder.

Mesmo no campo da esquerda, às vezes, reforçamos a hipocrisia da democracia racial e desconsideramos que, entre as próprias classes sociais exploradas, existem preconceitos e discriminação.

Brasil Agora sai na frente e prova que é capaz de pôr em discussão esses temas, construindo um novo jornalismo e novos conceitos culturais no país.

O nosso olhar negro, feminino, indígena, menino e diferente vai dar nuances mais alegres para o socialismo que acreditamos.

BEN-HUR FERREIRA
Campo Grande, MS

SAUDADES

Mas você se vai Zé, tão cedo? Podia ficar mais um pouco. Quem sabe mais uma eleição, e duas, três, quatro, cinco mil...

Aqui fica tanta solidão; deprime a gente:

Parece que a luta esfria; e os que lutam por justiça, órfãos de irmão.

Itaperuna fica vazia... A porta da FAFITA talvez perca a gente. Quem vai panfletar?

Os corredores do Fórum tão largos agora, secos de você.

Mas você se vai, Zé, tão cedo? É dia ainda, fica mais um pouco.

Tem chá no Geraldo, tem mesa de discussão

Tem bônus à venda, tem novos irmãos

Tem pano, tinta, papel e papalão

Tem cola, tesoura...

Ah! A passeata, Zé. Vai sair... É multidão! Muita multidão, multidão, dão... dão...

Vai brilhar noutra dimensão.

Vai ser estrela no céu e nós, aqui na terra a lutar.

O companheiro José Carlos era presidente da Comissão Provisória do PT-Itaperuna. Era advogado e formado em ciências sociais. Suicidou-se em abril, aos 27 anos. Não se sabem os motivos, entretanto nós ficamos mais solitários na luta pela justiça. Porque o companheiro era militante ativo. Sua opção pelo PT era motivo de grande desentendimento com os pais.

E bom lembrar que José Carlos foi fundador em 1986 do PT em Itaperuna e candidato a vereador nas últimas eleições.

JOSÉ LUIZ BARBOSA
Itaperuna, RJ

Competência para quem?

Ninguém de bom senso entregaria seu carro para ser consertado pelo Dr. Adib Jatene; nem o coração para ser operado pelo melhor mecânico da cidade. A competência de uma pessoa depende do problema que lhe é formulado.

Ao longo das últimas décadas, todos os presidentes do Brasil tinham curso superior em universidades ou escolas militares. Seus ministros e assessores tinham doutorados e pós-doutorados nas melhores universidades do mundo. Eles foram competentes para fazer um país que consegue ser um grande exportador de alimentos, mantendo o povo com fome; construir pontes e represas, sem fazer escolas; centrais nucleares sem fazer hospitais; um sofisticado sistema financeiro, sem estabilidade da moeda; uma parcela da sociedade em riquíssimo nível de consumo, ao lado de uma miséria brutal; contraíram a maior dívida do mundo e a mais longa e elevada inflação de todos os tempos no mundo inteiro; montaram um refinado sistema de censura, de controle social, de repressão política e policial.

A "competência" das elites não serve ao povo: para mudar o país, o requisito básico é o compromisso com os excluídos.

ARROGÂNCIA INVENCÍVEL. A instruída elite brasileira tem sido competente para realizar os objetivos nacionais que lhe interessam. Mas agora, a crise que ela provocou começa a exigir mudanças. Mesmo uma parte desta elite já manifesta seu descontentamento e ameaça procurar outros caminhos. Como argumento para evitar estes novos caminhos, as mesmas pessoas que construíram o desastre, que mostraram a burrice da própria incompetência, sem propostas alternativas, acusam de incompetentes os que trazem novas idéias.

Depois de décadas mandando no país, construindo o desastre atual, falam na própria competência como se o povo não tivesse memória. Começam cometendo a prova de incompetência para a democracia: em um país onde menos de 10% da população termina o curso secundário, afirmam que só quem tem título universitário está preparado para ser presidente da República. Breve,

como fizeram no passado, vão escolher técnicos biônicos como parlamentares.

O Brasil está diante de uma encruzilhada. Pode escolher continuar no mesmo caminho, com os mesmos dirigentes dos últimos trinta anos, continuando competentemente a enriquecer uns poucos e excluir a maioria, através da inflação e do desastre social. Ou pode tentar novo caminho, procurando novas propostas. Para isto, vai precisar de dirigentes com uma competência diferente da anterior.

Se um objetivo da sociedade brasileira for a consolidação da democracia, não são os que apoiaram e se locupletaram com as ditaduras que podem falar em com-

petência. Se o desejo é eliminar a miséria, fazer uma ponte entre trabalhadores modernos e as massas excluídas, não são os que participaram da concentração da renda que vão ser exemplos de competência. Se se deseja uma moeda está-

vel, os que enriqueceram com a inflação não dão prova de competência.

Se o que está em jogo é a mudança do país, não são os conservadores que darão exemplo de competência.

ÉTICA E SOLIDARIEDADE. Se a escolha é para governar um Brasil sem corrupção, não são os compadres de Collor que vão ter competência.

Se o que está em jogo é uma modernidade ética, comprometida com os objetivos sociais, não são os modernos da técnica que vão dar lição de competência.

Para esta nova modernidade, a competência está definida com base nos compromissos populares, no sentimento das necessidades do povo, na vocação para servir de ponte entre os incluídos e os excluídos, no exemplo de democracia e tolerância, na lucidez para se rodear de pessoas que, solidárias com estes princípios, são capazes de conviver com um Congresso forte, com especialistas preparados para formular os detalhes técnicos de cada decisão.

* CRISTOVAM BUARQUE é ex-reitor da Universidade de Brasília



Política: quem paga?

No referendo de 18 de abril passado, quando a grande maioria dos italianos votou por uma profunda mudança no seu sistema político e eleitoral, mantendo uma lei que introduz o sistema eleitoral majoritário, aprovou também, com um número de votos proporcionalmente maior, a revogação do financiamento público direto aos partidos políticos. Para este ano, estava prevista a distribuição de cerca de 58 milhões de dólares aos 15 partidos e grupos parlamentares com representação na Câmara Federal. O voto "sim", pela revogação parcial da lei, teve o apoio unânime dos agrupamentos políticos.

A enorme votação obtida é também efeito direto dos inquéritos e processos das "mãos limpas", que mudou a Itália, demonstrando a rede de corrupção que conecta negócios e política, grandes empresas e os principais partidos políticos (especialmente partidos no governo) da Itália do pós-guerra. É evidente que nessa enorme votação alcançada pelo "sim" uma boa parcela do eleitorado expressou, de forma simbólica, uma condenação política e moral não só aos partidos mas à atividade política em geral. Foi mantido na lei o reembolso, por parte do Estado, das despesas eleitorais. Manteve-se igualmente a penalização por recebimento ilícito de contribuições privadas, isto é, contribuições não contabilizadas.

Passado o referendo, com um novo governo que muito provavelmente antecipará as eleições para outubro, o tema do financiamento público aos partidos voltará ao centro do debate, junto com a reforma eleitoral!

OS COMUNISTAS. Nesse debate - que não é novo e nem apenas italiano - o PDS (Partido Democrático da Esquerda, o ex-PCI - Partido Comunista Italiano) apresentou, ainda em janeiro deste ano, uma proposta de reforma em que o fim do financiamento público é substituído pela contribuição direta do cidadão, num valor máximo de "4 por mil" (0,4%) de sua renda, designando diretamente o partido de sua preferência ou destinando para um fundo geral com posterior distribuição proporcional. É mantido o reembolso das despesas eleitorais, porém fixando-se teto e

normas mais rígidas de controle, transparência e uso democrático desses recursos. Outra mudança de fundo é quanto às enormes possibilidades de apoio indireto do Estado aos partidos, ou seja, é prevista a isenção ou redução de tarifas, taxas e impostos (telefone, correio, luz, impostos sobre espetáculos), além do acesso, em nível local, de serviços e estruturas gráficas e editoriais, prédio público para sede etc. Há um conjunto de normas para estímulo a uma maior participação de mulheres e jovens. É vetada a contribuição de pessoas jurídicas.

MUDANÇAS. Até 1970 não havia financiamento público aos partidos, e a posição do então PCI era totalmente contrária. Defendia que partidos de massa deviam apoiar-se na contribuição voluntária de seus filiados e simpatizantes, e que não cabia ao Estado o financiamento dos partidos. No início dos anos 70, surge o escândalo das contribuições das companhias petrolíferas aos grandes partidos de governo na Itália. Veio então a lei que previa o financiamento dos partidos pelo Estado, como alternativa à relação de dependência ao "império dos negócios". Já em 1978 a lei era contestada. O Partido Radical colheu assinaturas suficientes para um referendo, mas a lei foi mantida por 57% dos votos, inclusive do PCI.

Deve-se contudo lembrar que o referendo de 1978 previa a revogação de toda a lei, incluindo seus aspectos penais e de controle público (hoje considerados insuficientes e burláveis, como mostrou a apuração dos escândalos). Atualmente discute-se no Brasil, entre tantos outros temas, a nova legislação eleitoral e partidária.

Nunca é demais lembrar que nossa realidade é diferente da italiana, mas confesso que mudaria o voto dado na Executiva Nacional do PT a favor da inclusão, na lei eleitoral, da possibilidade de contribuição por pessoa jurídica aos partidos políticos. E trabalharia para aumentar a contribuição pública aos partidos de forma indireta.

* CEZAR ALVAREZ é membro do Diretório Nacional do PT, hoje residindo em Bolonha, na Itália

PARA ONDE VAI FERNANDO HENRIQUE?

O Brasil Agora traz neste número uma análise dos primeiros dias de Ministério da Fazenda do tucano Fernando Henrique. Nenhum ministro de Itamar Franco foi tão festejado e aparentemente reuniu tantos poderes quanto ele.

O bordão "agora o governo Itamar vai" esteve implícito em centenas de manifestações de políticos, jornalistas e lideranças em geral. Suas primeiras iniciativas, contudo, indicam o sentido inverso - em vez de mudar o governo, Itamar está mudando Fernando Henrique. Os sonhos presidenciais do ministro têm ofuscando o seu tirocínio, e ele tem renetido a cantilena neoliberal de seus predecessores na condução da política econômica: cortes dos gastos públicos, manutenção da política salarial de arrocho e continuidade das privatizações das empresas estatais. Nenhuma palavra sobre o enfrentamento dos privilégios, que constituem o pano de fundo da crise brasileira. Deste jeito só nos resta perguntar até onde vai a aventura tucana de Itamar (páginas 8 e 9).

O Brasil Agora, a partir desta edição, deverá chegar aos seus assinantes no final de semana, sábado sim, sábado não. Com isso diminuímos a distância entre nosso fechamento de redação e a chegada do jornal até você, conferindo maior atualidade às nossas matérias. Nas bancas, contudo, o Brasil Agora continuará chegando às segundas-feiras, uma sim, outra não. Esta mudança de cronograma tem o propósito não só de premiar nossos assinantes como também de cumprir mais uma etapa na preparação do terreno para tornar semanal a periodicidade do Brasil Agora. Um objetivo que, devido ao apoio que temos recebido em várias regiões do Brasil - o que nos tem levado a registrar uma média de vendas de mil assinaturas por mês -, está ficando cada vez mais perto.

O EDITOR

FAÇAM SUAS VERSÕES

No final do 9º encontro estadual do PT de SP, enquanto se apuravam os votos, um livro provocava certo *frisson*. Alguns, citados, denotavam constrangimento. Outros, injuriados, irritavam-se com o que estava escrito. E quem não lê o francês, permanecia na curiosidade. Explica-se:

A editora L'Harmattan publicou recentemente o livro *Quand le peuple révoque le président: le Brésil de l'affaire Collor* (Quando o povo derruba o presidente: o Brasil do caso Collor). Olivro, escrito por Pierre Broué, conhecido historiador marxista francês, traz uma entrevista com Lula e um prefácio de Luis Favre, que já foi assessor da Secretaria de Relações Internacionais do PT e que, atualmente, é colaborador do *Linha Direta*, boletim do PT paulista.

Segundo Luis Favre, "Aloizio Mercadante foi o primeiro a considerar que devia se colocar a questão da saída de Collor, servindo-se do plebiscito sobre o sistema de governo, previsto somente para setembro de 1993. Ele sugeriu adiantar a data para o início de 1992 e, se o país adotasse o parlamentarismo, livrar-se de Collor... O debate é intenso, tanto na tendência majoritária (do PT), denominada Articulação, quanto na direção do partido. Nos debates na direção regional do PT de São Paulo, uma resolução redigida por Mercadante e por mim mesmo colocava a questão de acabar com Collor (...). Ela foi adotada com o voto da Articulação e da tendência animada pelo deputado José Genoíno. Um pouco antes, uma resolução semelhante foi rejeitada numa reunião da Direção Nacional do PT, apesar do apoio de Lula, de uma parte da Articulação, da Convergência Socialista e da corrente Democracia Socialista."

"O primeiro Congresso do PT voltou a tratar destas questões (os esquerdistas, então, se limitam a defender o slogan "Fora Collor"). A resolução adotada, ao mesmo tempo em que rejeita as proposições esquerdistas, afirma que no caso do agravamento da crise de governo, o impeachment ou a antecipação do plebiscito seriam utilizadas para centralizar a luta contra Collor."

Como se pode ver, trata-se de uma versão no mínimo polêmica, sem falar que pouco modesta, para os debates que precederam a defesa, pelo PT, do impeachment do presidente da República. Polêmica, modesta e cautelosa: escrita em bom francês. V. P.

PARTIDOS

8º ENCONTRO DO PT



Daniel Aarão (Rio de Janeiro)



Ronaldo Zulke (Rio Grande do Sul)



Vítor Buaziz (Espírito Santo)

A geografia das pré-teses

Por enquanto são oito. Mas até o encontro haverá fusões.

A pré-tese *Por um governo democrático e popular* foi apresentada pelo setor da Articulação que lançou o Manifesto aos petistas/ A Hora da Verdade. Alguns de seus signatários: Adão Preto (deputado federal/RS), Ivar Pavan e Marangon (deputados estaduais/RS), Luci Choinaski (dep.federal/SC), Vilson Santin (dep.estadual/SC), Claus Germer (Diretório Nacional/PR), Arlindo Chingaglia, Lucas Buzato e Rui Falcão (deputados estaduais/SP), Davi Capistrano (prefeito de Santos), Mário Mariano (prefeito de Franco da Rocha), João Carlos Coser (dep.estadual/ES), Geraldo Garcia, Hamilton Pereira, Djalma Bom, Jomar Fernandes (Diretório Nacional).

A pré-tese *Um rumo revolucionário para o PT* é assinada basicamente por integrantes da tendência Democracia Socialista. Alguns de seus signatários: Raul Pont (vice-prefeito de Porto Alegre), Dr. Rosinha (deputado estadual/PR), Chico Lopes (deputado estadual/PB), Heloísa Helena (vice-prefeita de Maceió), João Machado, Tomaz Mata Machado, Dôra Gomes, Val-

dísio Fernandes, Otaviano de Carvalho, Beto Bastos, Joaquim Soriano (Diretório Nacional).

A pré-tese *Alternativa Democrática e Popular/Movimento Na Luta PT*, foi apresentada pelos animadores do Movimento Na Luta PT, que reúne, entre outros, as seguintes tendências partidárias: Força Socialista, O Trabalho, Brasil Socialista, Tendência Marxista etc. Alguns de seus signatários: Afrânio Boppré (vice-prefeito de Florianópolis), Marcus Cordioli, Luís Eduardo Greenhalgh, Markus Sokol, Arlete Sampaio, Jorge Almeida (Diretório Nacional), Paulo Skromov (executiva nacional da CUT), Luiz Vila Nova e Domingos Dutra (deputados estaduais/MA), Serys Silhessarenko (deputada estadual/MT), Bruno Maranhão (PT/PE), Washington Costa (presidente da CUT-RJ).

A tese *Para Mudar o Brasil* foi apresentada pela tendência Projeto para o Brasil. Mais de quarenta dos signatários desta tese assinam também a tese *Construir a Unidade na Luta*. Alguns dos signatários da tese *Para Mudar o Brasil*: Edival Ramos, Amauri Bar-

ros, Augusto de Franco, Jurez de Paula, Perly Cipriano, Antonio Carlos Moura, Júlio Rafael, Ozeas Duarte (Diretório Nacional); José Genoíno e Eduardo Jorge (deputados federais/SP), Luís Eduardo Cheida (prefeito de Londrina), Vítor Buaziz (ex-prefeito de Vitória).

A pré-tese *O momento político e as tarefas do PT* foi apresentada por um grupo de deputados federais e de militantes ligados a Wladimir Palmeira, líder do PT na Câmara dos Deputados. Alguns de seus signatários: Wladimir Palmeira (dep.fed/RJ), Paulo Bernardo e Edésio Passos (dep.fed./PR), Agostinho Valente e Tilden Santiago (de.fed./PR), Jaques Wagner (dep.fed./Bahia).

A pré-tese *Construir a Unidade na Luta* foi apresentada por um setor da Articulação que não assinou o Manifesto aos petistas/A Hora da Verdade. Mais de quarenta dos signatários desta tese assinam também a pré-tese *Para Mudar o Brasil*. Alguns de seus signatários: Darci Accorsi (prefeito de Goiânia), Vítor Buaziz (ex-prefeito de Vitória), Antonio Pallocci (prefeito de Ribeirão Preto),

Ângela Guadagnin (prefeita de São José dos Campos), Delúbio Soares e Gilmar Carneiro (executiva nacional da CUT), Júlio Rafael, Perly Cipriano, Eurides Mescoloto, Francisco Rocha da Silva, Jorge Bittar, Benedita da Silva, Gilberto Carvalho, Perseu Abramo, José Américo, Selvino Heck, Jonas Neri (Diretório Nacional), José Dirceu e Aloísio Mercadante (dep. federais/SP).

A pré-tese *Política para uma nova hegemonia* foi apresentada pelo campo político que, em Minas Gerais, reúne a Articulação, a Democracia Socialista e setores independentes. Para que a tese pudessem atender o requisito de 150 assinaturas, sendo 80 em quatro estados, diversos signatários das duas pré-teses vinculadas à Articulação assinaram, em segunda opção, a *Política para uma nova hegemonia*. Alguns de seus signatários: Antonio Carlos Pereira (dep.estadual/MG), Maria do Carmo (prefeita de Betim), Carlos Calazans (pres. da CUT-MG), Luís Dulci (secretário de governo da prefeitura de BH), Dôra Gomes e Tomaz Mata Machado (Diretório Nacional).

Atenção Militantes e Diretórios

A Loja Treze sempre trabalhou e trabalhará para melhor servir este público tão importante. Mas hoje se vê obrigada a fazer um aumento em seus materiais para poder continuar atendendo a quantidade e a variedade. Esperamos contar com compreensão de todos. O nosso muito obrigado.



LOJA CDM - PT - SP

RUA PEDRO TAQUES, 70 - CONSOLAÇÃO. TEL 37-6651

QTDE.	PRODUTOS	Cr\$/UNID.	Cr\$/TOTAL
	Estrela Plástica	5.000,00	
	Estrela Alumínio	15.000,00	
	Estrela Metal Solda Peq.	25.000,00	
	Estrela Metal Cola Peq.	22.000,00	
	Estrela Metal Solda Med.	30.000,00	
	Estrela Metal Solda Gde.	40.000,00	
	Estrela Metal Cola Gde	30.000,00	
	Estrela Metal Solda Med. LULA	30.000,00	
	broche Dourado Estrela Red.	45.000,00	
	Broche Fundação PT e CUT	45.000,00	
	Broche Pingente PT	25.000,00	
	Broche Bandeira PT Bras. e LULA	40.000,00	
	Broche LULA [4 modelos]	35.000,00	
	Broche fotográfico 13 anos PT	12.000,00	
	Canetas PT	25.000,00	
	Caneta PT/LULA	15.000,00	
	Chaveiro Couro PT	70.000,00	
	Chaveiro Metal PT/Optei/CUT/estrela	40.000,00	
	Adesivo Estrela	10.000,00	
	Boné Lula Brasil	180.000,00	
	Chaveiro Metal PT LULA ret.	45.000,00	
	Chaveiro Plástico	15.000,00	

QTDE.	PRODUTOS	Cr\$/UNID.	Cr\$/TOTAL
	Lapela Alfinete Red. peq.	20.000,00	
	Lapela Alfinete Ref. peq.	22.000,00	
	Lapela Alfinete Red. med. dourad.	25.000,00	
	Adesivos diversos	12.000,00	
	Boné	150.000,00	
	Camisetas diversas brancas	150.000,00	
	Camisetas Or 111 Bordada Verm.	300.000,00	
	Brinco PT - redondo	45.000,00	
	Broche Bandeira - Banho de ouro	65.000,00	

PREENCHA O CUPOM ABAIXO E MANDE JUNTO COM SEU PEDIDO

Nome: _____

End.: _____ Nº _____

Apto.: _____ Bairro: _____

Município: _____ Est.: _____

CEP: _____ Fone: _____

Entidade e/ou Nome do Resp.: _____

Condições de pagamento: à vista Acima de Cr\$ 3.500.000,00 - 25% de desconto
Acima de Cr\$ 2.000.000,00 - 20% de desconto Acima de Cr\$ 7.000.000,00 - 30% de desconto

PARTIDOS
8º ENCONTRO DO PT

CECÍLIA PEDERSON



Chico Ferramenta (Minas Gerais)

LEONILIA ALVES RIBEIRO



Arlindo Chinaglia (São Paulo)



Geraldo Pastana (Pará)

Muito barulho por nada?

A esquerda cresce. O programa se radicaliza. Mas a luta continua.

Risco. Retrocesso. Inquietante. Anacronismo ideológico. Recrudescimento do radicalismo. Segregacionismo político que afasta negociações ou alianças. Ameaça à confecção de um programa de governo equilibrado.

Toda vez, a mesma cantilena. O PT realiza seus encontros, debate publicamente suas divergências e decide democraticamente seu futuro. A grande imprensa só vê crise, crise e mais crise. Ela existe. Mas o diabo não é tão feio quanto se pinta.

AOS FATOS. Fato um: a Articulação já não reúne 50% mais 1 dos delegados, situação que vem desde o 1º Congresso. A novidade é que a antiga corrente majoritária dividiu-se, apresentou três pré-

teses e tende a disputar em chapas separadas. Ou seja: governar o partido será uma tarefa mais complexa, exigirá muita conversa, negociação, acordo e democracia.

Fato dois: a chamada esquerda partidária (um arco heterogêneo que reúne Articulação/Hora da Verdade, Wladimir Palmeira, Democracia Socialista, Vertente Socialista e Na Luta PT) reúne mais de 50% dos delegados ao 8º encontro. Isso quer dizer que, mesmo não se reproduzindo o ocorrido nos encontros estaduais de SP, RS e ES, onde apresentou uma única chapa e candidato a presidente, a "esquerda" deve eleger a maioria do Diretório e da Executiva nacionais.

Fato três: as articulações correm soltas. O prefeito Tarso Genro, de Porto Alegre, propõe a

união da Articulação, da DS e do Projeto para o Brasil, para isolar "a esquerda". O prefeito Davi Capistrano, de Santos, propõe a "união da esquerda" numa única chapa. O deputado José Dirceu cogita disputar a presidência do PT, "desde que conte com o voto de 2/3 dos delegados" e que possa manter sua candidatura a governador paulista. A Articulação/Hora da Verdade prefere Lula para presidente do PT. Ou seja: muitas decisões importantes serão tomadas na véspera do encontro.

E quanto ao conteúdo político que anima estas divisões?

Política e Poder. Qual a dimensão da crise nacional? Qual a profundidade das reformas estruturais necessárias para su-

perá-la? Qual o arco de forças políticas e sociais interessadas nessas reformas, quem serão os prejudicados? Como isso se desdobra na política de alianças, no primeiro e no segundo turno? Quais os limites de atuação de um governo federal hegemônico pelo PT? Qual a relação entre os objetivos socialistas do partido e a ação de governo?

Dependendo da resposta dada a estas questões de fundo, desdobram-se diferentes táticas: parlamentarismo ou presidencialismo, maior ou menor oposição/tolerância frente ao governo Itamar e à infidelidade de Erundina, maior ou menor expectativa no diálogo com empresários e militares, maior ou menor importância na presença do PSDB entre os aliados, maior ou menor radicalidade no programa de governo.

Neste terreno, não parece haver muitas alternativas: o governo Itamar já consolidou um perfil inaceitável para o PT, o PSDB comprometeu-se em demasia com Itamar e com a terceira via, a tática do conservadorismo é dialogar e simultaneamente isolar o PT.

Por isso, é provável que o PT mantenha sua tradição: debater a estratégia - onde haverá enormes diferenças - e deliberar acerca da tática - onde se registrarão enormes concordâncias. Senão por vontade, pelo menos pelas circunstâncias.

VALTER POMAR

PARA ENTENDER O 8º ENCONTRO NACIONAL

O 8º Encontro realizar-se-á nos dias 11, 12 e 13 de junho de 1993, no Centro de Convenções de Brasília (DF). Participam com direito a voz e voto os delegados eleitos nos encontros estaduais do partido, e os membros da atual Executiva Nacional, considerados delegados natos.

A pauta do 8º Encontro inclui: a conjuntura nacional; a tática e a política de alianças do PT para as eleições de 1994; as diretrizes do programa de governo; os novos estatutos partidários; a eleição da Direção Nacional e do presidente do partido.

A discussão dos estatutos tomará como base a proposta elaborada por uma comissão de membros

do atual Diretório Nacional. Por se tratar de uma proposta muito complexa, que chegou recentemente às mãos dos delegados, é possível que o 8º encontro opte por debater e votar quatro ou cinco polêmicas de fundo, entregando a redação final para uma comissão, ad hoc.

Na abertura do encontro, será escolhida uma tese-guia, sobre conjuntura e projeto estratégico alternativo, que servirá de base para os debates. Algumas das atuais pré-teses deverão se fundir. Processo similar dará origem às chapas que disputarão a Direção - composta por proporcionalidade. A eleição do presidente é feita em votação separada.

	PRESIDENTE	HV	UL	MG	DS	WP	VS	NLPT	PPB	??	TOTAL
AMAZONAS	SOB INTERVENÇÃO DA DIREÇÃO NACIONAL										
ACRE	NILSON MOURÃO		2						1		3
ALAGOAS	ADELMO DOS SANTOS	2			2					1	5
AMAPÁ	FRANCIMAR PEREIRA SANTOS	3									3
BAHIA	JACQUES WAGNER E NELSON PELEGRINO		10		5	3		12	2		32
CEARÁ	JOSÉ NOBRE GUIMARÃES		5					3	9	1	18
DISTRITO FEDERAL	GERALDO MAGELA	3					1	2			6
ESPIRITO SANTO	VITOR BUAIZ	3	4		1			1	2		11
GOIÁS	OSMAR MAGALHÃES		11			1		4	4		20
MARANHÃO	DOMINGOS DUTRA	2	1					3	1		7
MINAS GERAIS	CHICO FERRAMENTA			26	7	14		16	2	12	77
MATO GROSSO DO SUL	GERALDO GARCIA	6									6
PARANÁ	JOSÉ WIGINESKI	5			2	3		2	1	7	20
PERNAMBUCO	JOÃO PAULO LIMA E SILVA	6			2			4	1		13
PIAUÍ	ALBERTO PEREIRA	4						1	1		6
PARÁ	GERALDO PASTANA	19						3	1		23
MATO GROSSO	GILNEY AMORIN VIANA	3						2			5
PARAIBA	ANÍSIO MAIA	1	4		2					1	8
RIO DE JANEIRO	DANIEL AARÃO REIS Fº	6	2		7	2		15	7		39
RIO GRANDE DO SUL	RONALD ZULKE	9	4		11			6	3	9	42
RIO GRANDE DO NORTE	HUGO MANSO				2			2	1		5
RONDÔNIA	ODAIR CORDEIRO	4						1	2		7
RORAIMA	ANTONIO FRANCISCO BEZERRA MARQUES									2	2
SANTA CATARINA	JOSÉ FRITSCH	13	1					3			17
SERGIPE	JOSÉ EDUARDO DE BARROS BRITO	2							1		3
SÃO PAULO	ARLINDO CHINAGLIA	29	43		9		18	19	18		136
TOCANTINS	DIVINO DONIZETI BORGES	3									3
EXECUTIVA NACIONAL	(DELEGADOS NATOS)	1	9		2	1		2	4	1	20
TOTAL		76	196	26	52	10	119	101	61	34	537

HV - ARTICULAÇÃO - HORA DA VERDADE; UL - ARTICULAÇÃO - UNIDADE NA LUTA; MG - ARTICULAÇÃO MINAS GERAIS; DS - DEMOCRACIA SOCIALISTA; WP - WLADIMIR PALMEIRA; VS - VERTENTE SOCIALISTA; NLPT - NA LUTA PT; PPB - PROJETO PARA O BRASIL; ?? - OUTRAS POSIÇÕES; [] INDICA DELEGADOS ELEITOS POR CHAPAS COMUNS ÀS DUAS TENDÊNCIAS

POLÊMICA

CIOSL CONDENA CUBA

O XIII Congresso Continental da CIOSL/ORIT - Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres e Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores-reunido em Toronto, Canadá, nos últimos dias 21 e 23 de abril, aprovou uma resolução tratando da crise cubana. Dizendo lamentar "a ausência de Cuba do Sistema Interamericano e a crescente deterioração da situação econômica, política e social na ilha", o texto condena "a falta de liberdade de associação, pluralismo sindical e as agressões à liberdade de expressão e organização em Cuba". Em seguida, a resolução considera que "a continuidade do bloqueio decretado contra o país, há mais de 30 anos, é utilizada pelo governo cubano para justificar sua negativa em comprometer-se com uma abertura política real e para realizar ações repressivas contra setores da dissidência".

Não causa espanto que a CIOSL - onde convivem a reacionaríssima AFL-CIO americana e as privatistas centrais social-democratas europeias - adote tal posição. Cuba é um país em guerra há mais de 30 anos com o mais poderoso país do planeta. O bloqueio e a Lei Torricelli impedem que a ilha normalize seu comércio exterior, aumentando as dificuldades de seu povo. Para a CIOSL, isso é mero detalhe.

Não surpreende também que a ORIT apresente-se, hipocritamente, como pretensa defensora dos direitos humanos. Seu congresso anterior foi realizado em outubro de 1990, no Panamá recém-ocupado por tropas norte-americanas, que assassinaram 8 mil pessoas e empossaram o caricato Guillermo Endara. Na ocasião, a entidade conclamou apoio "às entidades cubanas livres", ou seja, às organizações gusanas sediadas em Miami, que volta e meia perpetraram ações terroristas.

É bom lembrar que a CIOSL/ORIT não demonstra a mesma ênfase na condenação aos ajustes neoliberais, que trazem miséria e instabilidade política à região (vide os golpes no Haiti, Peru e Guatemala). Por isso, os apelos da CIOSL/ORIT à "abertura política" em Cuba só enganam aos incautos.

O que é realmente espantoso no caso é que a CUT, presente no encontro juntamente com a Força Sindical e a CGT-Pegado, tenha se comprometido com esta vergonhosa deliberação. Até porque se dizia que a filiação da CUT ajudaria a desequilibrar o jogo de forças na CIOSL em favor da esquerda.

GILBERTO MARINGONI



As sementes da cidadania

A imprensa não vê, e quer esconder dos leitores, o que foi a viagem de Lula aos grotões.

E aí? Quais foram os resultados da caravana? Vocês precisavam viajar tão longe, durante tanto tempo, para descobrir que tem seca, fome e miséria nos fundos do Brasil? Por que o Lula não assume logo que esse foi o início da campanha eleitoral? Que história é essa de sangue de Cristo na bandeira do PT? O Lula chamou mesmo o Itamar daquilo?

Desde que cheguei de volta para casa, ouvi pacientemente dezenas de vezes as mesmas perguntas. Não, não era coisa de repórter filho da pauta, nem de neomalufistas enrustidos. As perguntas eram disparadas por parentes e amigos chegados, como se todos parecessem uma gravação ou tivessem previamente combinado este interrogatório. A princípio, pensei que era brincadeira, mas aos poucos fui descobrindo que as pessoas falavam sério, estavam convencidas daquilo que tinham lido na imprensa.

Só fui entender o que se passava quando dei uma olhada nos recortes com notícias publicadas sobre a viagem. Com raras exceções, tive a impressão de que se tratava de viagens diferentes pelos mesmos lugares no mesmo espaço de tempo: a que vivemos, nós da caravana e as centenas de milhares de pessoas com quem cruzamos e conversamos ao longo desses quatro mil quilômetros, e a que foi contada por boa parte da nossa imprensa aos que aqui ficaram.

NUNCA VIRAM. É assim mesmo, deixando de lado casos de má-fé, quando as pessoas se deparam com algo novo. Mais ainda, quando se preparam para fazer a cobertura de uma campanha eleitoral e encon-



Soluções não virão de um homem, mas da mobilização

tram outra coisa completamente diferente, nunca vista antes - uma campanha cívica, no sentido lato da palavra. Foi assim também, bem me lembro, no início da campanha das diretas. Diziam que era uma fantasia, coisa de malucos sonhadores e que, no fundo, no fundo, todos naquele palanque eram, na verdade, candidatos a tomar o lugar dos generais-presidentes.

No país do leve vantagem em tudo, num momento em que tudo que se faça é só uma questão de marketing, e a espartezza dá de dez a zero na ética, é natural que a imprensa responsável pela ascensão e queda de Collor passe a ver em tudo só mais uma jogada, fa-

zendo juízo *a priori*. Sabíamos de todos esses riscos e resolvemos corrê-los exatamente por acreditar que é preciso fazer uma revolução nos usos e costumes da cultura política brasileira se realmente estamos dispostos a viver num país de cidadãos e não de eventuais eleitores. Nada melhor para fazer isso do que aproveitar um ano não-eleitoral e desbravar largas regiões do país ainda dominadas por meia dúzia de coronéis, berço eterno dos Collor, Maluf, Sarney e ACMS da vida, que ainda hoje dominam o Congresso Nacional. Daí a enorme irritação daquela parte da nossa elite que ainda considera esses mesmos bolsões de miséria como seus

feudos hereditários, suas reservas de mercado de poder.

PRIMEIROS PASSOS. Falar em cidadania nestes ermos distantes do foco da mídia, chamar o povo para se organizar, lutar por seus direitos, pressionar as autoridades, ainda são heresia não apenas para os coronéis locais, mas também para os barões da modernidade do outro lado do Brasil, sempre em busca de uma terceira via que impeça a chegada ao poder dos representantes desta metade condenada a apenas ouvir e obedecer, desde Cabral.

Pela primeira vez na nossa história, em mais de uma centena de encontros e atos públicos promovidos durante a caravana, esse povo teve a oportunidade de falar, de ser protagonista, e não apenas ouvinte passivo, figurante perdido na multidão. Isto, naturalmente, é um choque para quem está acostumado a ver nossos políticos subindo imperialmente num palanque, garantindo que vão resolver todos os problemas dos coitadinhos lá debaixo, bastando apenas que eles lhes confiem o seu voto.

Quando alguém diz a eles, como Lula fez em todos os lugares por onde passou, que as soluções não virão de um homem, de um partido, mas da organização popular controlando o governo, invertendo a relação hoje existente entre governantes e governados, não se deve esperar resultados no dia seguinte. Para quem nem sabe o que quer dizer cidadania, criar consciência política não é tarefa que se esgota numa viagem. Esta foi apenas a primeira. Muitas outras ainda haveremos de fazer para despertar essa consciência. Só o tempo nos poderá contar os resultados das sementes que agora foram lançadas em terra árida, onde um povo, que muitos imaginam desencantado e desenganado, ficou grato e animado por alguém

se lembrar dele, sem nada oferecer nem pedir, deixando e levando idéias e propostas para um futuro em que todos possam ser verdadeiramente cidadãos.

HAJA PACIÊNCIA. Aqueles que ainda se deixam levar por futricas e constroem suas teses a partir de frases soltas e fora de contexto, publicadas pela imprensa da terceira via, não sabem o que estão perdendo. Da próxima vez, quem ainda tiver alguma dúvida que vá junto em vez de se deixar levar por notícias de uma imprensa que sempre leva algum tempo para entender o que está acontecendo, se é que está realmente interessada em entender, e não apenas em confundir. Na vida, é assim mesmo: há aqueles que fazem a história, e correm todos os riscos desse desafio; e há os que vivem criticando e comentando a história escrita pelos outros. Com quase 30 anos da minha vida passados do outro lado do balcão, nas principais redações do país, sei hoje muito bem qual é a diferença. Por mais que tentem pisoteá-la, ninguém conseguirá impedir a germinação desta semente chamada cidadania.

É preciso ter muita paciência, caminhar sem pressa, para que os resultados sejam duradouros e não se esgotem em mais uma estação eleitoral. Afinal, estamos completando quase cinco séculos de dominação de um Brasil pelo outro e não basta chegar lá: é preciso criar as condições para ficar lá e realmente transformar uma história de opressão num futuro de solidariedade. Não será um passeio, como algum idiota escreveu, mas uma guerra. Há muita luta pela frente ainda para chegarmos à paz social, aproximando um lado do Brasil, que não consegue dormir porque está com fome, do outro lado, que não consegue dormir porque está com medo de quem passa fome, como o Lula resumia nas suas conversas nos fundos de pasto, nas beiras de estradas, nas periferias dos subúrbios, por onde quer que passasse, sempre recebido com carinho e ouvido com atenção. Valeu.

RICARDO KOTSCHO

O SALDO DO ENCONTRO DO PT FOI DE QUANTOS DESENCONTROS?



Assine o Brasil Agora

Assinando o **Brasil Agora** você está construindo uma imprensa democrática e popular, ao lado dos trabalhadores e de suas lutas. Assine já.



PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado à EDITORA BRASIL AGORA LTDA. Alameda Gleite, 1049 - Sto. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Fones (011) 222.6318, 222.4326

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____

FONE _____

UF _____

CEP _____

PROFISSÃO _____

- Assinatura 12 edições Cr\$ 550.000,00
- Assinatura para o exterior (semestral US\$ 30,00)
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 1.050.000,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 1.650.000,00

Bolsonaro - metendo os pés pelas mãos - mostra botas do Exército na tribuna da Câmara dos Deputados



ILSA MANGUEI/FOLHA IMAGEM

NADA PARECIDO COM O PERU

Os recentes protestos de militares, insatisfeitos com seus salários e equipamentos, levaram muita gente a pensar na possibilidade de uma "fujimorização" do país. Isto é, num processo semelhante ao do Peru, onde o presidente Alberto Fujimori promoveu um "autogolpe" com respaldo das Forças Armadas. No entanto, guardadas as proporções, o presidente Itamar Franco se parece muito mais com o ex-presidente uruguaio Juan María Bordaberry - que fazia figuração, mas quem governava eram os militares - do que com o homem forte peruano. Demonstrando falta de autoridade, ambigüidade, inapetência, Itamar tem cedido cada vez mais espaços políticos aos chefes militares, a cada dia que passa mais falantes.

Não se deve resvalar na paranóia e imaginar que os Urutus estão prontos para ocupar as avenidas. Mas é forçoso reconhecer que os militares não abriram mão do papel que julgavam ter de tutelar a nação, e isso eles têm feito questão de reafirmar nos seus mais recentes pronunciamentos.

NOSTALGIA. Na ordem do dia que divulgaram no dia 31 de março, aniversário do golpe militar, os ministros do Exército, Zenildo Zoroastro, da Marinha, Ivan Serpa, e da Aeronáutica, Lélío Lobo, voltaram a enaltecer o que continuam chamando de "Revolução Democrática de 1964". "O período pós-revolução trouxe ao Brasil a harmonia e a tranquilidade indispensável ao imediato desenvolvimento industrial, tecnológico e cultural, aliados a um significativo crescimento econômico, denotando o acerto das medidas adotadas no período", afirmam. Este teria sido apenas mais um ritual burocrático ou uma demonstração de nostalgia para provocar maiores conseqüências?

Saudades da ditadura alguns malucos como o ex-oficial e deputado Jair Bolsonaro (PDC-RJ) sempre têm externado. Nas últimas semanas, em reuniões de famílias de militares que exigiam maiores soldos, Bolsonaro pregou o golpe, o fechamento do Congresso e a revogação da Constituição de 1988. A novidade é que esse tipo de discurso começa a

ser repetido também por oficiais da ativa. No início de maio, o capitão-de-fragata Dario Giordano, lotado no quartel de fuzileiros navais de Rio Grande (RS), divulgou uma carta aberta contendo ofensas ao presidente Itamar Franco por causa de uma declaração sua, segundo a qual a dívida externa fora contraída pelos governos militares. Liberado após dez dias de prisão, o capitão voltou a conchamar seus colegas ao golpe para, segundo ele, redefinir a "anarquia" em que se teria transformado a democracia brasileira.

RECADO. Projétil de muito maior calibre foi disparado, ao mesmo tempo que a carta do capitão, pelo tenente-brigadeiro-do-ar Ivan Moacyr da Frota, que pilota o Comando Geral do Ar, o posto operacional mais importante da Aeronáutica (estão sob a sua responsabilidade as 18 bases aéreas, 800 aviões e 35 mil homens). Frota publicou na *Revista da Aeronáutica* e depois no jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 13 de maio, um caudaloso manifesto, reclamando do sucateamento das Forças Armadas, processo que estaria sendo de-

ITAMAR VAI A GUERRA MILITARES

Na mobilização para tentar voltar ao primeiro plano da política, os militares têm em Itamar um presidente mais parecido com um Bordaberry - o governo títere dos militares uruguaio - do que um novo Fujimori



fendido por "revanchistas" infiltrados na imprensa; dos "faraônicos salários (...) autoconcedidos por falsos servidores do povo", e do papel subordinado que as "nações principais" do G-7 querem impor às nações consideradas "secundárias", como o Brasil. Segundo o brigadeiro, as Forças Armadas seriam o "derradeiro balaústre" na defesa da soberania nacional. "A nação que não prestigia as suas Forças Armadas não merece ser livre", pontificou.

Se o regulamento disciplinar tivesse sido cumprido, o brigadeiro deveria ter sido preso. Não foi o que aconteceu. O manifesto foi publicado na *Revista da Aeronáutica* porque teve a autorização do ministro Lélío Lobo, evidentemente. Segundo um atento observador da cena militar ouvido pelo *Brasil Agora*, Frota foi deliberadamente escalado para dar este recado ao Congresso Nacional e ao país porque está saindo para a reserva no próximo dia 31 de julho e não teria nada a perder se sofresse alguma punição.

De acordo com as avaliações dos próprios porta-vozes militares, a repercussão do pronunciamento foi excelente, e não apenas no seio da tropa. Setores nacionalistas do Congresso, entre os quais a bancada de Roraima, também bateram palmas, satisfeitos com os trechos que denunciavam a possibilidade de Amazônia brasileira tornar-se, "a qualquer momento", "o próximo alvo dessa voraz e insaciável estratégia de dominação" do "poder discriminatório internacional". É curioso que esses setores, ao que tudo indica analfabetos em economia política, nunca conseguem explicar porque cargas d'água os americanos arriscariam seus capitais bilionários aplicados no Sul invadindo um pedaço da Amazônia, sem dúvida nenhuma riquíssima em recursos naturais mas apenas potencialmente geradora de riquezas concretas, no sentido que interessa aos monopólios capitalistas.

ADVERTÊNCIA. A maior repercussão do manifesto do brigadeiro, no entanto, foi a decisão do presidente Itamar Franco de convocar os ministros militares para reunião que ocorreu no dia 17 de maio, a mais longa desde os tempos do general Figueiredo. Após quatro horas de discussões, saiu uma nota carimbada com as preocupações de Frota, contendo uma advertência extra, anunciada com gravidade pelo jornalista Alexandre Garcia durante o "Jornal Nacional". A de que a "democracia não pode suicidar-se". Ou seja: se al-

guém - leia-se: os funcionários públicos em greve e a imprensa que fica denunciando as falcatruas ocorridas também na caserna - acha que vai bagunçar o coreto, saiba que os Urutus podem rolar.

O deputado José Dirceu (PT-SP) estranhou que a nota tenha sido redigida como se os cinco participantes da reunião, os quatro ministros e o presidente, estivessem no mesmo patamar hierárquico. Daí surgiu a preocupação, entre os que acompanham os movimentos da caserna, da "bordaberrização" de Itamar.

O fato é que as negociações feitas durante a reunião presidencial logo começaram a se concretizar: primeiro Itamar demitiu a ministra Luíza Erundina, da Secretaria de Administração Federal, e a substituiu pelo general da reserva Romildo Canhim, que vinha respondendo pela Fundação Habitacional do Exército; segundo, Itamar mandou o Ministério da Fazenda liberar 800 milhões de dólares para o reaparelhamento do Exército e prometeu verbas também para a Marinha e para a Aeronáutica. O reajuste de 97%, que vinha sendo negociado por Erundina, os militares (e os demais funcionários públicos) não receberam. Tiveram que se contentar com os 85%, porque, segundo declarou o ministro Zenildo, do Exército, os militares "aceitam tudo que nos impõem, por questão de disciplina e por entender a difícil situação do país".

NA BERLINDA. Um detalhe que não escapou aos especialistas em questões militares: por que razão o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), almirante Mário César Flores, não foi convidado por Itamar para a reunião com os ministros militares? Resposta: porque Flores está na berlinda. O ministro do Exército não gosta dele nem de suas opiniões sobre o papel das Forças Armadas, que considera muito liberais. O almirante defende a criação do Ministério da Defesa, o enxugamento e a profissionalização cada vez maior das Forças Armadas, num cenário em que retiraria do Exército o condicional peso político.

Resumindo, o que se viu nas últimas semanas foi um movimento de retorno dos militares ao primeiro plano do cenário político, onde eles pretendem permanecer nos próximos meses, inclusive para evitar que alterem o seu status constitucional na revisão marcada para outubro.

ANTÔNIO CARLOS QUEIROZ
de Brasília

A PRÉ-ESTRÉIA DA "TERCEIRA VIA"

O presidente Itamar Franco estava em estado de graça, ao retornar domingo, 30 de maio, de uma viagem de quase uma semana ao Uruguai e à Argentina. Reuniu os assessores mais íntimos a bordo do avião presidencial e exibiu-lhes um filme sobre a luta vitoriosa do presidente norte-americano Franklin Roosevelt contra a recessão. Inspirado, comparou seu governo ao de Roosevelt: "A pessoa que me deu a fita disse que tinha muita coisa parecida". Recebeu pouco mais tarde o ministro Fernando Henrique Cardoso em sua casa, reuniu-se com ele por duas horas e fechou o encontro exultante: "Talvez eu tenha mais fé do que você próprio de que nós vamos dar certo".

Dez dias depois de iniciada a reforma do governo, seria uma grave injustiça dizer que Itamar era um otimista solitário. Cerca de 300 entre os maiores empresários do país acotovelavam-se num auditório do Palácio do Planalto que não comporta mais do que cem pessoas. "Não me lembro de uma posse que tenha merecido tanto apoio da classe", declarou admirado o veterâníssimo Luís Eulálio Bueno de Vidigal, que participa há mais de duas décadas do grupo dirigente da Fiesp e deve ter perdido a conta das entronizações de ministros a que assistiu.

OUNGIDO. Numa espécie de síntese do "coro dos contentes" entoado por toda a grande imprensa, o influentíssimo jornalista Élio Gaspari destacou em *Veja* as "vantagens" da opção de Itamar. "Ao contrário do que sucede com Lula e Paulo Maluf, cujas candidaturas dependem do fracasso alheio, Fernando Henrique precisa do sucesso", disse ele. Para as elites e seus teóricos, cada vez mais temerosos de que o pleito presidencial do próximo ano repita a polarização política e social registrada em 1989, o festejado Fernando Henrique, que assumiu como virtual primeiro-ministro, era, ao menos nos primeiros dias, uma espécie de salvador da Pátria da vez.

"Muito se exigirá daqueles a quem muito se deu", advertiu no entanto, certa vez, o próprio Cristo. Premiadas pela chance de chegar lá sem trilhar o caminho árduo e arriscado das eleições, as forças da "terceira via" precisavam, afinal, sair da toca, e dizer a que vinham.

O próprio Fernando Henrique percebeu isso já no dia em que aboletou-se na poltrona de ministro. Ao contrário do que



Presidente água-morna, ministro meio-termo

se poderia supor de alguém que assumiu com tanto apoio político, porém, limitou-se, ao menos nas primeiras semanas, à *mesmice*. Extraordinariamente revelador, seu discurso de posse foi pouquíssimo destacado pela imprensa. Quem se der ao trabalho de passar os olhos por ele constatará, no entanto, que o novo titular da Fazenda não promete mais que *manter* a política econômica que o governo Collor legou a Itamar - e que este último jamais ousou alterar em suas linhas essenciais, por ter percebido que se chocaria de frente com os interesses e a pressão ideológica das elites, se o fizesse.

Num momento de rara sinceridade, Fernando Henrique chega a chamar seu antecessor, o Eliseu Rezende do caso *Odebrecht*, de "um bravo". E frisa que aprova e sustenta seus projetos: "Quero deixar público ao país o testemunho de que o esforço do ministro Eliseu permitiu que nós hoje tivéssemos um rumo para nossa economia".

NA ROTA DE ELISEU. A cada parágrafo, o novo titular da Fazenda vai deixando mais claro seu raciocínio. Ele crê no sucesso das reformas econômicas iniciadas em 1990. Diz que as privatizações não são "uma questão ideológica", mas "um rumo aceito" - e por isso a política deve ser mantida, aprofundada e acelerada. Defende o tipo de abertura econômica ao exterior executada pelos últimos chefes da pasta: "Custou falências, custou salários insuportavelmente baixos, custou o agravamento da concentração de renda, mas com este custo o Brasil se situou de novo como um país que está inserido num processo mais amplo de competição". E aplaude até mesmo o reescalonamento da dívida externa iniciado por

Marcílio Moreira e concluído por Krause, Paulo Haddad e Eliseu.

O curioso diagnóstico de Fernando Henrique retoma, a seguir, um discurso muito caro aos teóricos conservadores. O projeto econômico adotado nos dois últimos governos é ótimo, mas é preciso agora derrubar a inflação, "que está abatendo a confiança do povo brasileiro". Para que ela caia, "não há outro remédio": é preciso reduzir os investimentos públicos. "O Orçamento tem que ser executado de acordo com a disponibilidade do Tesouro. O Estado não pode continuar gastando o que não tem."

ARROCHO. Das palavras o ministro passou à ação. Em 24 de maio, uma reunião entre o presidente Itamar Franco mais o próprio Fernando Henrique e outros ministros definiu que o reajuste oferecido ao funcionalismo público civil e militar em maio ficaria em 85% - bem abaixo dos 113% reivindicados pela categoria, em greve, e também inferior aos 97% propostos pela ministra Luíza Erundina pouco antes de sua demissão.

Não era só. Ainda que fossem insuficientes até mesmo para repor as perdas inflacionárias acumuladas desde o último reajuste, os 85% obrigariam, segundo o entendimento de Fernando Henrique, a um corte de 2 bilhões de dólares no Orçamento da União para 1993, que o Congresso Nacional votou no início de abril. Fernando Henrique e Itamar determinaram que o ministro do Planejamento, Alexis Stephanenko, iniciasse de imediato estudos para viabilizar os cortes.

Em 31 de maio, o presidente da República serviu-se de uma lei de 1964 para baixar decreto que comprime todas as despesas do Estado com inves-

timentos. Segundo o decreto, de rigor inédito, tais gastos terão de limitar-se ao longo de todo o primeiro semestre a Cr\$ 845,7 trilhões - 8,76% apenas do que o Congresso determinou para o ano de 93. O pagamento de juros, advinhem, permaneceu intocado.

"Trata-se de algo inteiramente inócuo", disse para *Brasil Agora* o economista Dêrcio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, que não se

inclui entre os opositores do governo Itamar. Munhoz lembra que as despesas com investimento reduziram-se, nos primeiros quatro meses do ano, a 1 bilhão de dólares - muito menos da metade da soma transferida aos grandes grupos econômicos, através do pagamento de encargos da dívida interna.



ANTONIO MARTINS

"Cortar investimentos não aliviará a situação do Tesouro, mas agravará consideravelmente", continua o professor, "o estado dos serviços públicos de Saúde, Educação e Previdência." Munhoz vai além. Ele lembra que há vários anos o Tesouro registra superávits - e não déficits - quando não se leva em consideração o pagamento de juros. E opina que por trás da decisão de agora está "a mesma lógica que comanda toda a política econômica desde que o governo Itamar iniciou negociações com o FMI".

E MAIS ARROCHO. Fiel à idéia de que a política econômica é boa, e por isso não deve ser mexida, o governo decidiu também esforçar-se para manter a atual sistemática de reajuste dos salários, que reduz brutalmente os rendimentos dos trabalhadores. Também no dia 31 o líder do Planalto na Câmara, deputado Roberto Freire, antecipou que o Executivo orientaria a bancada que lhe é fiel a votar contra o projeto do deputado Paulo Paim (PT-RS), que estabelece reajustes mensais. "A política econômica é a mesma. A TR tem alteração diária, os carros populares estão indexados em dólar, e o salário é o único preço que não acompanha a inflação", retrucou Paim na manhã seguinte.

Eliseu Rezende era o fisiológico; Fernando Henrique seria o ético, argumentavam por ocasião da troca de ministros todos os jornais diários. As coisas não pareciam ser tão simples, no entanto. Incapaz de recorrer à mobilização popular, pelo próprio conteúdo de sua política, o governo ficou

mais uma vez prisioneiro do jogo fisiológico das forças amplamente majoritárias no Congresso Nacional.

Em 27 de maio, o ministro da Economia retornou da Argentina, onde acompanhava Itamar, e iniciou pessoalmente uma maratona de negociações para evitar que o PMDB e o PFL passassem à oposição. Avisou-se mais demoradamente com o governador paulista Luiz Antonio Fleury, hoje o líder peemedebista com maior visibilidade.

FIM DA FLEUMA. Em 1º de junho, quando fechávamos esta edição, os acertos, continuados por outras figuras do governo, pareciam transformar-se numa disputa pouco elegante por espaço no ministério. PMDB, PFL e PP, enciumados pela súbita valorização do PSDB de Fernando Henrique e interessados eles próprios em brigar pela liderança das "forças de centro", exigiam "compensações" crescentes em troca dos votos de que o Planalto não pode prescindir no Parlamento, para governar.

Poucas semanas depois de chegar ao Palácio do Planalto, a "terceira via" parecia perder rapidamente a força e o brilho que viram nela os observadores mais apressados. As seqüências pareciam claras. O presidente nacional do PPR, Paulo Maluf, passou a dizer que havia dado um "prazo de 60 dias" para o novo ministro dar certo, e em suas conversações com membros das várias correntes petistas Lula notava, segundo os jornais, que após a gestão de Fernando Henrique a possibilidade de aliança PT-PSDB estaria praticamente inviabilizada. Surgiram sinais de que a chegada antecipada do "centro" ao poder teria resultado oposto ao desejado pelas elites. Ele poderia desaguar no esgotamento de uma alternativa, e portanto no acirramento da polarização entre esquerda e direita com vistas a 1994.

ITAMAR VAI À GUERRA REFORMA MINISTERIAL

Fernando Henrique mantém a política neoliberal, aceita o fisiologismo e antecipa o que seria a chegada do "centro" ao poder.



UM RUMO, TRÊS DESTINOS

Alguns cenários para o futuro do governo Itamar-Fernando Henrique

1. A tendência a repetir Sarney

Apoiar-se em negociações de varejo no Congresso Nacional, e numa aliança temerária com os chefes militares, parece ser uma das principais tendências do governo, que nesse caso armaria um esquema de sustentação muito semelhante ao montado na segunda metade do mandato de José Sarney.

A tentação de recorrer ao fisiologismo é sempre forte para quem é obrigado a negociar com as bancadas do "centro". Boa parte dos deputados do PMDB e do PFL, por exemplo, segue muito pouco a orientação de seus partidos. Organiza-se em sub-bancadas, que representam interesses regionais ou de grupos específicos e estão sempre dispostas a trocar votos por espaços e favores. Que trataram, por exemplo, o próprio senador José Sarney e Itamar, no encontro "de cortesia" que mantiveram no Palácio do Planalto, às vésperas de começar a segunda fase da reforma ministerial?

Já a tentativa de aliar-se à alta hierarquia das Forças Armadas transpareceu em dois grandes momentos. O primeiro foi a nomeação do general Ronildo Canhim para substituir Luíza Erundina no Ministério da Administração. Nomear um militar para a pasta, lembrou a deputada Maria Laura (PT-DF), não era prática adotada sequer pela ditadura, e por isso a escolha pareceu ainda mais estranha.

Pior ainda é que dois dias antes da indicação de Canhim Itamar manteve com cinco dos seis ministros fardados um encontro ao fim do qual se divulgou uma insólita "nota conjunta". Como lembrou o deputado José Dirceu (PT-SP), o fato equivale a colocar no mesmo nível do chefe do governo os ministros militares. Além disso, em pelo menos um trecho o documento assumia caráter claro de ameaça. Dizia que o governo não hesitaria em utilizar todos os recursos que lhe assegurava a Carta Magna para garantir entre outras coisas "a ordem e o trabalho".

A primeira - e gravíssima - consequência foi a autêntica operação militar - com emprego de centenas de soldados, armados de metralhadoras e granadas - deflagrada pelo Exército no dia 27 para impedir um protesto de grevistas na Ponte Rio-Niterói. No governo Sarney, recorde-se, o Exército ocupou várias vezes a Cia. Siderúrgica Nacional, e numa delas assassinou três operários.

2. A tentação de um choque heterodoxo

Um dos elementos essenciais do discurso econômico dos neoliberais é condenar os chamados "choques heterodoxos". Em situações especiais, no entanto, os próprios conservadores têm recorrido sem hesitar a tais programas (veja-se por exemplo o plano Bresser e, mais ainda, o plano Collor).

É que um choque heterodoxo pode perfeitamente ser parte de uma política neoliberal. E parece ser, quando a inflação ultrapassa certos níveis, ingrediente indispensável para recuperar alguma estabilidade econômica e política.

Vale a pena acompanhar, por exemplo, o raciocínio que *Veja* faz a este respeito na edição que circulava em 1º de junho. "Nada deverá ser feito para rebaixar a inflação antes do combate tradicional e ortodoxo", diz a revista da Editora Abril. Mas acrescenta: "Depois, sim, é possível que venha o tapa definitivo contra a alta descontrolada dos preços".

Um choque assim seria uma espécie de caricatura muito piorada do Plano Cruzado. Teria o mesmo viés eleitoreiro que o programa de Funaro, e serviria para reforçar não uma política com caráter desenvolvimentista, como a do antigo ministro, mas o neoliberalismo que aí está.

3. A hipótese do neoliberalismo xiita

Desde que Fernando Henrique tomou posse, a grande imprensa passou a sugerir-lhe, de forma aberta ou dissimulada, que ele everede pelos caminhos do neoliberalismo ainda mais profundamente do que fizeram ministros anteriores dos governos Collor e Itamar. Às vezes as pressões desconsideraram por completo os próprios limites políticos aos quais a ação de Fernando Henrique está condicionada, como se ele fosse o conselheiro econômico de uma ditadura.

No dia em que o ministro foi indicado, por exemplo, o *Estado*, a *Folha* e o *Globo* publicaram editoriais com sentido idêntico: diziam que Fernando Henrique só daria certo se exercesse uma espécie de tutela sobre o próprio presidente que o nomeara, e tivesse "carta branca" para desempenhar, na prática, o papel de chefe do governo.

Quando o ministro propôs, no discurso de posse, privatização acelerada, a imprensa exultou. Dez dias mais tarde, quando ele tentou pôr fim à greve dos servidores públicos, propondo um índice de aumento (85%) inferior às perdas salariais, mas um pouco mais elevado que o sugerido por Eliseu Rezende (66%), não tardaram a surgir as críticas. O ministro "preferiu a acomodação", disse *Veja*, atacando Cardoso por não ter insistido em manter o patamar ridículo proposto por seu antecessor.

Ainda que o desejo, Fernando Henrique dificilmente poderá ser o "neoliberal xiita" que a grande imprensa gostaria que ele fosse: não há condições para isso nem no Congresso nem junto à opinião pública, ainda mais porque se aproximam as eleições quase-gerais de 1994. As pressões, no entanto, permanecerão. Assim como ocorreu com Sarney, os conservadores apoiarão as iniciativas de Itamar que atenderem a seus próprios interesses - mas manterão a todo custo independência política em relação ao presidente e ao ministro da Fazenda. Sabem que em 1994 é preciso ter a alternativa de aparecer como "oposição".

A.M.





FOUHA MAGDEN

A Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) voltou à linha dura. Os métodos de repressão voltam a imperar e antigos dirigentes que comandavam a instituição no período anterior ao governo Montoro estão novamente no poder.

Denúncias de agressões e espancamentos a menores na Febem foram feitas recentemente por entidades de direitos humanos como a Pastoral do Menor, Comissão Teotônio Vilela, OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e Centro de Direitos Humanos Ezequiel Ramin. Nenhuma providência foi tomada pelo governo do estado ou pela Secretaria da Criança. Fleury e a secretária da Criança, Rosmary Corrêa, evitam responder às acusações.

Agora as denúncias chegaram à Justiça. Os promotores Ebenézer Soares e Sueli Riviera, da área da Infância, pediram a instauração de ação judicial contra a Febem para apurar os espancamentos, maus tratos e superlotação nas unidades. Os promotores pedem afastamento do presidente da instituição, Joaquim Villaça de Souza Campos. O governo e a secretaria também podem ser responsabilizados por irregularidades.

Em representação encaminhada à Vara da Infância, os promotores denunciaram a instituição pelo "interesse em esconder da sociedade" os incidentes ocorridos em rebelião em unidades do Tatuapé, na zona leste de São Paulo, no último dia 30 de março.

Setenta e cinco meninos ficaram feridos na rebelião. Eles foram agredidos com paus, cassetetes e até barras de ferro por funcionários da Febem e policiais militares, segundo relatos dos garotos feitos a promotores e para uma comissão de direitos humanos que visitou a Febem. Os meninos contaram aos membros da comissão - entre os quais o senador Eduardo Suplicy, do PT e da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos - que foram espancados mesmos depois do fim do motim.

MÉTODO CARANDIRU. Guardadas as proporções, os vigilantes e seguranças da Febem utilizaram métodos parecidos com os que foram empregados na rebelião da Casa de Detenção, em outubro de 1992, quando 111 presos foram mortos. Os meninos contam que foram retirados de seus quartos, horas depois do motim ter sido con-

A volta da linha dura

A Febem aposta na repressão. Internos são torturados e promotores pedem afastamento do presidente.



SUTILEZAS DO ESTILO FLEURY

A política do governo de São Paulo de atendimento às crianças e adolescentes carentes se transformou em "caso de polícia". Para o governo de Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), um ex-oficial da PM e ex-secretário de Segurança Pública, o problema do menor infrator parece não ultrapassar os limites da área de segurança.

Após a saída do governo da ex-secretária do Menor, Alda Marco Antonio - identificada com uma ação de respeito aos direitos humanos -, Fleury indicou uma delegada de polícia, Rosmary Corrêa, para o comando da nova Secretaria da Criança. Assessores diretos da delegada foram recrutados no aparelho policial do estado.

Rosmary colocou na presidência da Febem um professor da Academia de Polícia Civil, Joaquim Villaça de Souza Campos. O novo titular da Febem foi buscar um investigador de polícia, Edelcio Ruiz, para dirigir sua divisão de segurança. Trouxe de volta - além de Ruiz, que já havia sido diretor da instituição - outros dirigentes afastados em gestões anteriores sob acusação de convivência com práticas de tortura e espancamentos a internos.

A Febem decidiu apostar na volta da linha dura como forma de controle dos menores infratores. Na primeira rebelião de proporções significativas no quadrilátero do Tatuapé, 75 adolescentes foram espancados com paus, cassetetes e barras de ferro.

No dia seguinte ao motim, Campos enviou ao diretor de segurança um comunicado no qual pediu a consignação no prontuário de todos os funcio-

nários de um "voto de louvor" pela maneira "criteriosa, equilibrada e firme com que atuaram" na rebelião.

A diretora da unidade a qual pertenciam os 75 meninos espancados também recebeu um "voto de louvor" pela atuação "competente, equilibrada, firme e corajosa dos funcionários".

A Pastoral do Menor e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Ezequiel Ramin procuraram a direção da Febem no início do ano, imediatamente após a posse dos novos diretores, para encaminhar denúncias de tortura e espancamentos na unidade Imigrantes da Febem, no bairro do Jabaquara. Os casos de tortura ocorreram, segundo as entidades, quando o mesmo Edelcio Ruiz era o diretor da unidade.

O próprio Ruiz aplicou choques no deficiente mental M. J., de oito anos, por ele ter mordido uma interna, segundo o garoto D. A. S., 14. Os meninos diziam ser obrigados a se submeter a castigos como o "paredão dos tarados", no qual eram colocados agachados, sem calça, para que outros garotos praticassem ou simulassem sexo anal.

Ruiz perdeu o cargo no final de abril, mas outros diretores acusados de convivência com espancamentos continuam na Febem.

São identificados como representantes da linha dura na Febem o diretor-administrativo, Décio de Toledo Júnior; e o chefe de gabinete, Eliezer Domingues.

trolado, para serem espancados com paus, cassetetes e barras de ferro.

A Febem tentou esconder os espancamentos. O fato foi ocultado até da polícia, já que não foi registrado um boletim de ocorrência. Menores que precisavam de socorro não foram encaminhados a prontos-socorros e hospitais e as autoridades da Febem "omitiram providências para que o socorro fosse prestado imediatamente", conforme os promotores. O menor V. T., com a cabeça rachada, segundo o padre Júlio Lancelotti, da Pastoral do Menor, só foi medicado no dia seguinte. Outros garotos com lesões e até suspeitas de fratura só foram medicados três dias depois, quando também começaram a ser submetidos a exames de corpo de delito, após visitas dos promotores e entidades de direitos humanos.

Ainda repetindo alguns métodos empregados no massacre da Detenção, o governo estadual omitiu informações ao público e à imprensa sobre o motim da Febem. A revelação sobre o total de 111 mortos (número oficial) no Carandiru só chegou ao conhecimento da população 24 horas depois. Por "coincidência", meia hora antes do fechamento das urnas nas eleições de 3 de outubro, quando o PMDB tentava emplacar seu candidato à prefeitura de São Paulo, Aloysio Nunes Ferreira.

No recente motim da Febem, os números da violência só foram conhecidos quatro dias depois. A real proporção dos incidentes só veio à tona com a ida à Febem das entidades de direitos humanos.

PROMISCUIDADE. Na representação à Vara da Infância, os promotores denunciaram que grupos de 12 a 15 meninos da Febem dormem no chão, em dormitórios minúsculos, com espaço de nove metros quadrados e apenas uma janela. Não existem camas para os internos e as refeições são servidas no chão. Cem meninos dividem o uso de três chuveiros e quatro vasos sanitários. Não recebem escovas de dentes e outros materiais de higiene pessoal e são obrigados ainda a dividir um único aparelho de barbear, com o risco de contraírem Aids. Hoje, 30% dos internos da Febem têm o vírus da Aids.

Outros 69 casos de espancamentos na Febem entre novembro de 1992 e março deste ano são denunciados na representação. Os promotores apontam ainda o descumprimento de obrigações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, como a garantia de escolarização e profissionalização aos internos. Medidas sócio-educativas previstas no estatuto, como a liberdade assistida, que prevê orientação e encaminhamento dos menores ao trabalho e à escola e acompanhamento junto à família, também não são cumpridas corretamente pela Febem.

GILBERTO NASCIMENTO

G. N.

HORTÊNCIA, ZE' VITOR OLIVA... ONDE ESTÁ A SOLIDARIEDADE DA NOVA TURMA DA ERUNDINA?!



Greve foi uma explosão

As lideranças acusam governos de sucatearem serviços

Roberto Felício, dirigente da Apeoesp, que congrega professores da rede oficial paulista, disse que as recentes greves envolvendo basicamente o funcionalismo público, federal, estadual e municipal são resultado do acúmulo de perdas, que levaram "a uma explosão". Esta é a mesma opinião de Vito Gianotti, dirigente da CUT regional. Para ele, as greves foram uma retomada do movimento sindical: "Uma explosão dos trabalhadores, empurrados pela crise econômica".

Alertou para uma das características do movimento grevista: "Eles (os trabalhadores) atropelaram as direções, voltadas para o próprio umbigo e preocupadas em discutir as crises, sindical, da esquerda e da CUT, onde travam lutas pela direção".

Várias categorias, principalmente do funcionalismo, federal, estadual e municipal, das áreas da saúde, educação, transportes, servidores prisionais e Justiça, paralisaram as suas atividades durante os meses de março, abril ou maio para reivindicar reposição das perdas, reajustes e uma política salarial, além de melhores condições de trabalho, capazes de garantir um melhor atendimento público nas repartições. "Elas não foram só corporativas", disse Denise Mota Dao, diretora de imprensa do SindSaúde de São Paulo.

Segundo Gianotti, isoladas, as greves tiveram conquistas pequenas mas, a exemplo do que pensa Carlúcio Castanha, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, revelaram o caráter global que deve existir nas lutas dos trabalhadores, "contra o arrocho iniciado por Collor e mantido por Itamar".

Um arrocho que, com o sucateamento e privatização dos serviços públicos, se expressa de forma trágica na cidade e estado de São Paulo, através dos governos Malufe Fleury, onde a maior parte das greves se concentraram nos últimos meses.

DESENCANTO. Para Jair Menequelli, presidente nacional da

CUT, após 8 meses de expectativas, "o desencanto com o governo Itamar ensinou aos trabalhadores que não devem esperar soluções de cima, mas ir à luta".

Ubiraci Dantas, o Bira, secretário do Comando Geral dos Trabalhadores, e José Ibrahim, da Força Sindical, têm algumas opiniões semelhantes. Bira acha que está ocorrendo uma "retomada e ascensão do movimento grevista, determinados pela recessão, desemprego e arrocho salarial". O mesmo acha José Ibrahim, que alertou para a inflação de 30%, insuportável, segundo ele, e capaz de determinar grandes perdas que, com a atual situação de desemprego, tende a aumentar o número de greves. "Depois de se engajar na campanha pelo impeachment de Collor, o povo está sem esperanças", conclui.

As greves só não se estenderam para as iniciativas privadas, segundo ele, porque "os empresários têm demonstrado maior disposição de negociação". Prova disto são as câmaras setoriais que - como lembra a técnica da área de movimentos sindicais do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos-DESEP, da CUT, Adriana Lopes - têm liderado a oferta de melhores índices de reajustes. A propósito: a Câmara Setorial do ABC já garantiu reposição salarial até 1995 mais 20% de reajuste, com garantia dos empregos nas empresas. Mas não é só. Principalmente por causa dos altos índices de desemprego que, conforme o Dieese-Seade, ultrapassou 1,2 milhão, e constituem um fator de inibição de movimentos grevistas nas empresas privadas, pois, ao contrário de parte do funcionalismo, estes trabalhadores não dispõem de estabilidade.

DESCASO. Segundo Denise Mota Dao, do SindSaúde, a principal característica do atual processo grevista do funcionalismo foram as denúncias de que, para favorecer uma "política deliberada de privatização dos serviços públicos", eles estão sendo sucateados pelo governo. A



Com ou sem greve, a população é mal atendida



EM DEFESA DA VIDA E DA SAÚDE

Os trabalhadores da saúde estão fazendo vários esforços para envolver a sociedade civil contra o sucateamento e privatização dos serviços públicos. Segundo o presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo e da Confederação Nacional dos Médicos, Eurípedes de Carvalho, "os médicos estão carentes de fazer greve. Cansa a população e nos desgastamos com a opinião pública".

Dia 30 de novembro do ano passado, o sindicato dos médicos de São Paulo reuniu várias entidades sindicais, representantes do governo, Igreja, OAB e até de familiares de pacientes no plenário Teotônio Vilela, na Assembleia Legislativa paulista, para a criação do Fórum em Defesa da Saúde e da Dignidade no Atendimento, para mapear a situação e denunciar para a sociedade o quadro da saúde no estado de São Paulo. Dia 24 de março, no mesmo local, o SindSaúde promoveu a Vigília pela Saúde - Plantão da Sociedade.

Neste ano o Fórum já realizou duas visitas a hospitais: em março ao Cândido Fontoura e, em maio, ao Hospital do Servidor Público Municipal. No primeiro constataram que 26 leitos e a Unidade de Terapia Infantil estavam fechados. No segundo, um déficit de 100 auxiliares de enfermagem e o fechamento de 140 leitos. Na Vigília, de acordo com Duvanier Paiva Ferreira, vice-presidente do SindSaúde, além da realização de debates sobre a saúde pública, as denúncias foram aprofundadas.

Segundo Eurípedes de Carvalho, no último dia 27 de maio, durante a greve, foi criado o fórum em Defesa da Saúde e da Vida. Uma nova reunião com os dois fóruns foi marcada para o dia 7 de junho, no mesmo Plenário Teotônio Vilela. Após as visitas a hospitais e unidades de saúde serão feitos relatórios, que depois serão entregues às autoridades e divulgados à opinião pública.

H.C.

HAMILTON CARDOSO

O ESPAÇO POPULAR - DA TEORIA À AÇÃO

EXPROPRIAÇÃO E VIOLÊNCIA
A QUESTÃO POLÍTICA NO CAMPO
JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Neste livro é explicitada a necessidade de se distinguir teoricamente a situação da classe operária e a do trabalhador rural. Questiona-se a prioridade das diferenças políticas de cada uma dessas classes diante das articulações capitalistas exercidas sobre elas. O estudo ressalta que tanto o lavrador quanto o operário são antagonizados e violentados pelo capital, porém de formas diferentes: "As lutas, projetos e esperanças dos trabalhadores do campo e da cidade não podem ter uma unidade simplesmente social, como se todos vivessem nas mesmas condições históricas e percebessem do mesmo modo os problemas da sociedade e sua solução. São socialmente diferentes e vêm de modos diferentes a sua libertação e a sua liberdade".

Formato: 14 x 21, 190 págs., 3ª edição (ISBN: 85.271.0159-9).



PEÇA CATÁLOGO GRÁTIS



MÁRIO TOMMASINI
VIDA E FEITOS DE UM DEMOCRATA RADICAL
FRANCA ONGARO BASAGLIA

A força da solidariedade e a efetivação de uma prática democrática estão bem evidenciadas neste livro que retrata a enriquecedora experiência de Mário Tommasini com sua ampla visão em instituições do setor público: hospícios, asilos e cárceres. Nesta obra, questiona-se o modo de administrar, apresentando-se soluções possíveis com a participação coletiva e popular. Como é salientado em prefácio por David Capistrano da Costa Filho e Aldaiza Sposati, trata-se de uma obra a propor prioritariamente que: "Administrar é antes de mais nada procurar agregar pessoas, procurar animá-las, estimulá-las para que, através de sua luta, promovam mudanças na cidade, no estado, no país (...)".

Formato: 14 x 21, 144 págs., 1ª edição (ISBN: 85.271.00214-5).

À VENDA NAS LIVRARIAS, OU DIRETAMENTE NA EDITORA HUCITEC: RUA GIL EANES, 713 SÃO PAULO-SP CEP 04601-042, TELEFONES: (011) 543-0653, 530-9208

Uma crise a resolver

Vícios e desvios tornam necessária uma redefinição geral

QUASE 100%. As primeiras eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC terminaram dia 28 de maio. O resultado não deixa dúvidas em relação à aprovação da categoria diante da unificação dos sindicatos de Santo André e São Bernardo: 97,7% dos votantes escolheram a chapa única, encabeçada por Vicentinho. Ela obteve 77.865 votos, de um total de 79.669 eleitores. Outros 853 votaram em branco e 951 anularam seus votos. O resultado deixou claro porque nenhuma outra chapa se arriscou a concorrer. A posse da nova diretoria, com muita festa, será dia 19 de julho próximo.

O PRIMEIRO 1%. O programa "Olhar Brasileiro", produzido pela TV dos Trabalhadores e bancado por um grupo de sindicatos filiados à CUT, comemorou já na sua terceira apresentação o primeiro ponto obtido no Ibope em São Paulo. Indo ao ar num horário super-ingrato, 8 horas da manhã de domingo, tirar a Rede Record do "traço" - a audiência abaixo de 1% - é uma primeira proeza do programa, que veio para ficar. Vale o esforço de acordar mais cedo no próximo domingo, assistir e encaminhar críticas e sugestões aos produtores. Afinal a iniciativa é inédita no Brasil e tem que ganhar força para aumentar o espaço dos trabalhadores no principal veículo de comunicação.

A SAÚDE PERDEU. Depois de 24 dias, acabou a greve que paralisou os hospitais públicos do governo do estado de São Paulo. Foi o maior movimento da história da categoria, que acabou ganhando grandes espaços nos órgãos de imprensa de todo o país. O Brasil inteiro ficou sabendo ainda mais da caótica situação da saúde pública nacional. Mas os grevistas saíram com os bolsos tão vazios como antes. O governador Fleury, além de não ceder nem um pouco diante das reivindicações, demitiu dezenas de servidores. A Golden Cross, a Blue Life e outras empresas do ramo agradecerem. Quanto mais baixos os salários de médicos e enfermeiros do serviço público, pior o atendimento e mais gente recorrendo aos convênios. A privatização do setor avança a passos largos.

CUT X CUT. Acontece neste dia 4 a apuração do 2º turno das eleições para a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Das 4 chapas que disputaram o 1º turno, sobram duas: a Chapa 1 (Articulação, PDT, PC, PCdoB e independentes), da situação, que teve 45% dos votos, e a Chapa 2 (CUT pela Base, CS, Força Socialista, PLP), de oposição, que teve 29%. As outras duas chapas derrotadas não estão apoiando ninguém.

Para 99,8% dos mortais, que se informam a respeito do movimento sindical brasileiro através da grande imprensa, o que fica evidente na crise da CUT exposta a partir da carta de Gilmar Carneiro, é que existe uma grande briga pelo poder na Central. E isso torna a CUT mais vulnerável diante do governo, dos empresários, das centrais rivais. Ainda mais se é considerado que falta mais um ano para a definição da sucessão na entidade. O que se ouve é que Gilmar, percebendo que Vicentinho ganhava pontos na disputa pela presidência, resolveu "chutar o balde" para chamar a atenção. Baixada a poeira inicial, feitos os rearranjos de cargos na Executiva, desaparecido o assunto das páginas dos grandes jornais, parece ter sido esta versão que ficou. Até o novo estouro.

É GRAVE. O fato é que a coisa é muito mais grave do que a simples disputa pelo poder. A CUT completa 10 anos de existência formal, mas começou a ser gerada nas greves e movimentos de 77, 78, 79. Tem muita gente que participou da memorável greve dos metalúrgicos de São Bernardo em 78 e hoje está beirando os quarenta anos sem ter ainda um fusquinha na garagem ou se livrado do pagamento do aluguel. Uma parte está desempregada, muitos se viram como camelôs. A evolução da crise econômica que devasta o país é um dado muito concreto para a esmagadora maioria dos trabalhadores. A questão é:



Meneguelli: muito a fazer na CUT

como evoluiu a CUT diante da evolução da crise do país?

Do ponto de vista político, é claro que a linha de confronto direto com o governo não tem a unanimidade que tinha nos tempos de Collor, e isso dificulta a tomada de decisões dentro do PT e de outros partidos e entidades democráticas.

Mas isso são ossos do ofício. Mudam-se os governos, mudam-se as avaliações e as ações. Sem unanimidade, que seja aplicada a linha política da maioria e medidos os resultados.

O problema é que a atitude de Gilmar expõe algo mais grave do que a indefinição política da CUT diante de Itamar. Não só as ações da Central têm

que ser repensadas e redirecionadas, como a sua estrutura tem que ser questionada.

DESVIOS. A verdade é que muitos dos vícios, dos desvios que o "movimento sindical combativo" denunciava em 78, contra o que se chamava de "sindicato pelego", estão presentes com muita força dentro da própria CUT. O *gangsterismo* nas eleições sindicais, os burocratas irremovíveis, os diretores de carreira, o uso indevido dos carros dos sindicatos, as plenárias, congressos e eleições decididas antes do seu início, a abundância de recursos financeiros sem que seja necessária a mobilização das bases, tudo isso não é privilégio da Força Sindical. Nem de uma ou outra tendência cutista.

A CUT virou manchete de jornal não porque resolveu aderir ao governo Itamar ou porque radicalizou sua ação contra ele e o ministro Barelli, mas pela prematura disputa pela direção da entidade. Talvez seja a hora de repensar todo o "modelo cutista". O Brasil mudou muito nos últimos quinze anos. O que mudou na CUT? Mais do que escolher entre Gilmar ou Vicentinho, ou estabelecer outra maioria, o próximo Congresso da Central tem que abrir uma nova etapa em sua vida. Do jeito que está, só vai fazer com que aumente o número de pessoas que temem ver "um sindicalista tomando conta do Brasil".

CELSON MARCONDES

ENCARGOS SOCIAIS

Mentiras que parecem verdades

Os encargos sociais no Brasil não são maiores que nos outros países

Em recentes declarações, o ministro Barelli suscitou a discussão acerca dos encargos incidentes sobre a folha salarial no Brasil.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que esses encargos não constituem, comparativamente a outros impostos e a outros países, peso excessivo. Somando-se a contribuição previdenciária, o FGTS e outros encargos menores, o percentual alcança pouco mais de 35% sobre a folha salarial, o que representa menos de 6% do PIB, percentual inferior aos dos EUA (7%), Japão (8,5%), Alemanha (15,7%), sendo idêntico ao da Argentina e pouco inferior ao de uma média representativa de países, segundo dados do Banco Mundial. Ademais, eles têm impacto reduzido sobre o custo dos produtos finais das empresas, de uma forma geral. No caso das micro, pequenas e médias empresas, elas possuem diversas formas de evitar o pagamento dos encargos, além de já receberem tratamento fiscal privilegiado.

Em segundo lugar, esses recursos são notoriamente insuficientes para o financiamento dos benefícios sociais, particularmente no que diz respeito à Previdência, mas abrangendo toda a seguridade social. Quanto ao FGTS, além do confisco a que foi submetida sua rentabilidade pelos diversos choques econômicos, trata-se de um fundo de propriedade dos trabalhadores utilizado para fins completamente alheios aos seus interesses, convertendo-se em mecanismo claramente concentrador de renda, por exemplo ao financiar, a taxas de juros reais negativas, o investimento privado.

MANIPULAÇÃO. Em terceiro lugar, deve-se dizer que a alegação empresarial de que os encargos sobre a folha constituem empecilho à competitividade externa do país carece de qualquer fundamento. Como já foi dito, esses encargos são inferiores à média internacional. Na verdade, a busca de competitividade pelos empresários "modernos"

do país tem sido viabilizada de maneira espúria, recorrendo-se a salários aviltados e a tratamento cambial privilegiado.

Quanto à possibilidade de que uma redução dos encargos viabilize o crescimento do emprego formal, deve-se lembrar que é a falta de fiscalização e a brandura do tratamento que permitem não só a contratação sem carteira assinada, mas a generalização da sonegação fiscal. A geração de empregos, por sua vez, depende da construção de perspectivas sólidas de crescimento e estabilização, elemento completamente ausente, até o momento, das iniciativas governamentais.

Por fim, é importante ressaltar que, num contexto recessivo, de baixa competitividade, superinflação e política salarial desfavorável, como o atual, o empresário busca na verdade incorporar à sua margem de lucro todas as desonerações que conseguem arrancar do setor público. Portanto, a redução dos encargos dificilmente redundaria em

crescimento do salário real.

A perspectiva de um novo tipo de desenvolvimento depende da recuperação da capacidade de gasto do Estado, tanto na área social quanto no campo produtivo. Por isso, a carga tributária global deverá aumentar, juntamente com a melhoria da qualidade do gasto público, para constituir-se em alicerce do desenvolvimento. Isso não significa dizer que ela não deva ser radicalmente modificada em sua composição, simplificada onde for possível.

Essas e outras questões precisam ser apresentadas de forma conjunta e articulada, explicitando-se a cada passo o objetivo final do discurso. Caso contrário, num campo onde a visão conservadora é vendida de maneira simplista e onde o Estado é visto como um inimigo da sociedade, corre-se o risco de tomar gato por lebre.

BERNARDO GOUTHIER MACEDO

Economista, técnico do Desep - CUT.

A polêmica da energia nuclear

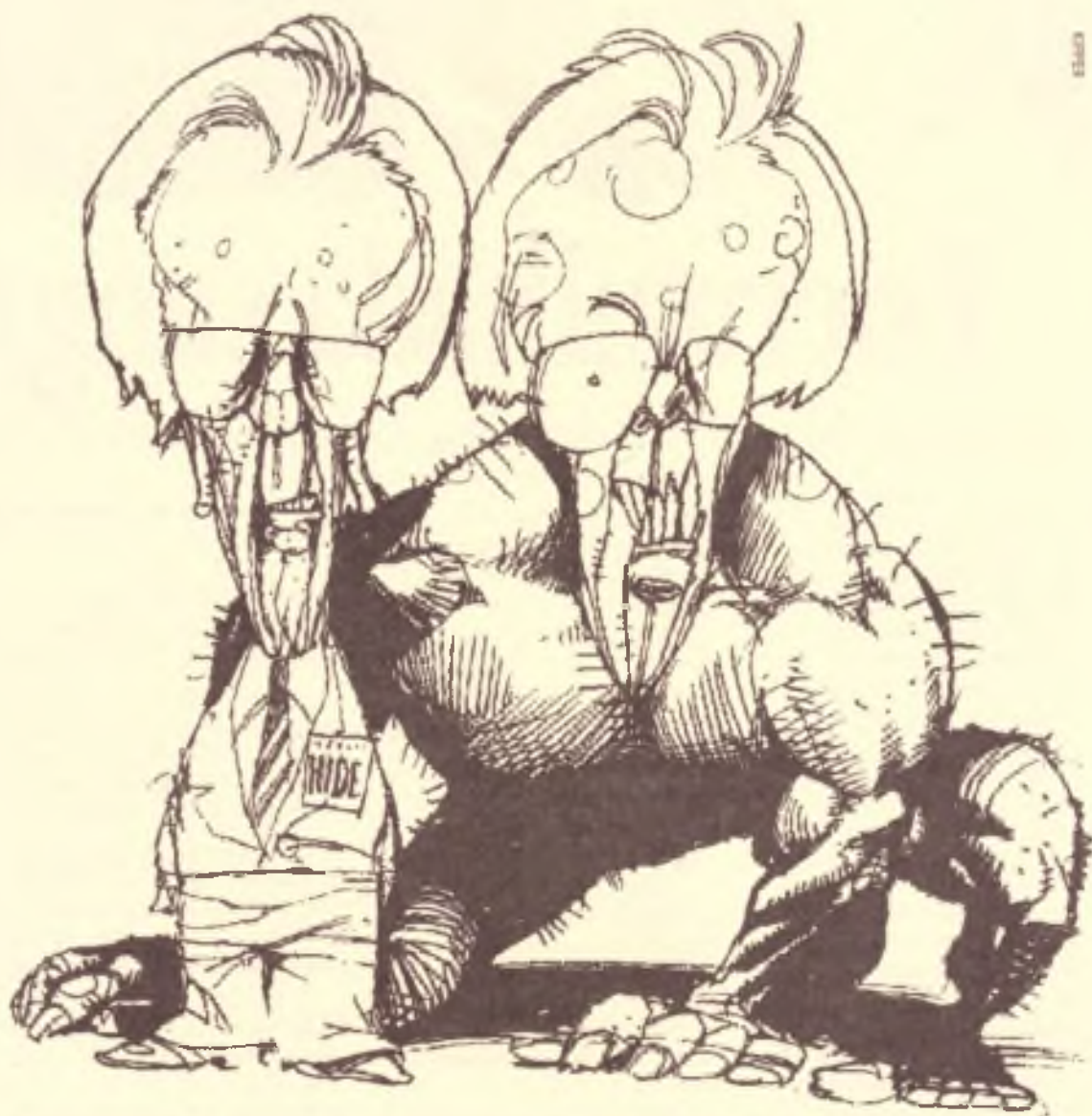
Movimento pede a Itamar paralisação de Angra II e desativação de Angra I

O senador Itamar Franco era contra a privatização das estatais. O presidente Itamar Franco não só privatizou um símbolo brasileiro, a Companhia Siderúrgica Nacional, como permitiu que o processo ocorresse de maneira mais que suspeita. O senador Itamar Franco denunciou tretas de Eliseu Rezende. O presidente Itamar Franco nomeou Eliseu para ministro da Fazenda. Até parece que o presidente Itamar tem como norma de conduta fazer tudo que contrarie o senador Itamar.

Com base nesses antecedentes, pode-se supor que um movimento que começa a ganhar força, e que certamente teria o apoio do senador Itamar, vai ter que enfrentar a oposição do presidente. Trata-se da questão do uso de energia nuclear no Brasil, o caso das usinas nucleares Angra I e Angra II. O então senador Itamar Franco foi autor de um projeto de lei (nº 145/79), que tramitou oito anos no Congresso antes de ser engavetado, que pretendia obrigar a realização de um plebiscito em que a população teria de aprovar antes a construção de usinas nucleares em sua região. Este projeto foi recuperado pelo deputado Fábio Feldmann (militante ecologista, deputado federal pelo PSDB) para propor um projeto de Decreto Legislativo com o mesmo propósito.

Assim como mudou de opinião sobre as privatizações, depois de sua posse como presidente, Itamar Franco começou a dar mostras de que na prática não faria valer a teoria do senador. Para agradar militares interessados na execução do programa nuclear brasileiro, ele já não fala mais nisso. E tudo leva a crer que, por ele, as obras da usina nuclear Angra II continuam, apesar de todo o movimento contrário e da usina já ter consumido 4 bilhões de dólares (o custo previsto em 1984 era de US\$ 640 milhões) e ainda faltar 1,4 bilhão para o seu término, sem nenhuma certeza de sucesso.

CONTRA POR QUÊ? Depois da Conferência Rio-92, organizações não-governamentais e personalidades contrárias ao uso de energia nuclear no Brasil criaram uma espécie de fórum chamado Rede Nuclear, que já conseguiu uma audiência com Itamar e agora centraliza a divulgação de um manifesto assinado pelo movimento ecológico Greenpeace, Contren (Comissão Nacional de Trabalhadores em Energia Nuclear) e várias outras entidades e por personalidades como Dom Paulo Evaristo Arns, o rabino Henry Sobel, Jair Meneguelli (presidente da CUT), José Roberto Batochio (OAB) e Emilson Simões (Força Sindical), com apelo ao presidente para que não sejam retomadas as obras da Usina Angra II sem pelo menos respeitar o que exige a Constituição: entre outras coisas, um relatório de impacto ambiental (RIMA), pois o que existe foi feito sob regime militar e não é confiável. Isto é o mínimo que é possível fazer. "O máximo", diz Antônio Carlos Oliveira, do Instituto Vitae Civilis, um dos signatários do



O PROJETO SECRETO DAS MINI-USINAS

Nem só das grandes usinas de Angra vive o programa nuclear brasileiro. Já foi denunciado há tempos o Projeto Aramar, da Marinha, que construiu, sigilosamente, o reator para um submarino nuclear no município de Iperó, região de Sorocaba (SP). E uma novidade foi denunciada pelo deputado estadual Ivan Valente (PT-SP), da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa e coordenador da Sub-Secretaria de Meio Ambiente do PT-SP: também sigilosamente, estudava-se a construção de dez mini-usinas nucleares espalhadas pelo Brasil, três delas no estado de São Paulo (Grande São Paulo, região de Campinas e região de Ribeirão Preto). Cada usina teria capacidade de produção de 100 megawatts (o suficiente para uma cidade de 350 mil habitantes).

Os estudos eram feitos pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), com base em convênio com a CESP (Centrais Elétricas de São Paulo) e Copesp (Cooperativa de Projetos Especiais da Marinha). Com a pressão dos ambientalistas, a Unicamp e a CESP anunciaram que romperam

unilateralmente o convênio. Por baixo do pano houve muito bate-boca, com a Copesp acusando a CESP e a Unicamp de terem falado o que não deviam.

Segundo Ivan Valente, o que há por trás disso tudo é que o Projeto Aramar, que sempre viveu de verbas secretas, carecia de recursos, e isso foi uma estratégia para recuperar o projeto econômico e politicamente: com o status de desenvolver uma tecnologia própria, sem vínculos com o exterior, as mini-usinas teriam maior apoio político. E vendendo energia à CESP, conseguiriam os recursos para a continuidade do projeto de submarino nuclear. A Marinha negou a existência do projeto de mini-usinas, até que se descobriu dentro dela o chamado Projeto "Renap-100" (abreviatura de Reator Nuclear-100 megawatts).

Para Ivan Valente, a Marinha saiu de cena para não dar publicidade ao projeto, "mas ainda vai insistir na questão". **M.B.**

manifesto, "seria suspender logo os projetos!"

Segundo os ecologistas, todas as formas de obtenção de energia têm seus riscos (o que não significa que não queiram usar energia, mas que não querem usar as fontes de energia mais perigosas). E a que oferece mais riscos, dizem, é a energia nuclear. O exemplo de Tchernobyl fala a favor desse argumento. No caso do Brasil ainda há agravantes, como a desinformação, o mau uso do dinheiro público e outros, para complicar. Por exemplo: a usina nuclear Angra I é um perpétuo acende-apaga. Não funciona muito tempo sem algum "imprevisto". Ela é obrigada a fazer um relatório diário para a prefeitura sobre suas condições, mas no recente caso de vazamento de radiação denunciado pelos eco-

logistas, e só muito depois assumido pela empresa estatal Furnas, ela omitiu o acidente no relatório. E em caso de um acidente maior, não existe um plano de fuga da população. Pelas condições da região, com o único acesso da usina à estrada Rio-Santos frequentemente interrompido por quedas de barreiras, conforme diz André Luz, da sub-secretaria de ecologistas do PT, nem é possível ter um plano eficiente.

Há ainda o problema do lixo nuclear. Onde estocar lixo radioativo das usinas? Em Goiânia, toneladas desse lixo perigosos estavam em barris provisórios, sem se ter o que fazer com eles.

O QUE FAZER COM ANGRA?

Para o PT, que administra a prefeitura de Angra dos Reis, onde

se localizam as usinas, esta é uma questão não resolvida. A sub-secretaria de ecologistas do partido pede insistentemente um posicionamento da direção nacional, criticando uma declaração do prefeito Luiz Sérgio Nóbrega, favorável à continuidade da obra de Angra II. Mas o prefeito afirma que não é a favor da conclusão de Angra II de qualquer maneira. Condiciona sua aprovação a um plano de emergência que seja "sério e eficiente", com boas condições de evacuação e um estudo a respeito dos reais riscos que a usina pode proporcionar.

O físico Luiz Pinguelli Rosa, que foi coordenador de Ciência e Tecnologia do Governo Paralelo do PT, também citado como "a favor" do uso da energia nuclear, não é pela continuação das obras

sem certas precauções. Ele considera um desperdício jogar fora os 4 bilhões de dólares já aplicados lá, mas acha que a questão é muito importante e o governo deve prestar todos os esclarecimentos para que a decisão pela continuidade ou não seja uma "decisão democrática", devendo ser condicionada à aprovação pela prefeitura de Angra e sua Câmara de Vereadores e pelo Congresso Nacional. "Não defendo o abandono das obras nem a continuidade pura e simples", diz.

ACUT ainda não tomou uma posição, embora seu presidente, Jair Meneguelli, tenha assinado o manifesto da Rede Nuclear e o seu coordenador da área de meio ambiente, Geraldo Siqueira, seja pessoalmente pela desativação de Angra I e não continuidade do restante do programa nuclear. É que para a tomada de posição como entidade ela precisa levar em consideração o que pensam os próprios trabalhadores de Angra e a questão do emprego. Segundo a prefeitura de Angra dos Reis, a continuidade da obra geraria mais de 5 mil empregos, por um período de 5 a 7 anos, o que é contestado por André Luz, para quem a parte de construção civil da usina está praticamente concluída e geraria poucos empregos.

APOIO EXTERNO. Até na Comunidade Econômica Européia as usinas nucleares brasileiras estão entrando na pauta das preocupações. Segundo a engenheira Fernanda Giannasi, consultora do Contren, a entidade foi consultada pelo deputado do Parlamento europeu Yves Fremion (do Partido Verde francês), que pretende pedir uma inspeção internacional em Angra, já que as entidades ecológicas não confiam nos relatórios do CNEN (Conselho Nacional de Energia Nuclear) e a questão de segurança nuclear é de interesse internacional. O Greenpeace, com seus laços internacionais, já divulgou em Londres um relatório com base em estudos de técnicos alemães e franceses, exigindo inclusive a desativação de Angra I.

Enfim, a bola está sendo passada para Itamar. Caso ele não se decida logo, ou decida a favor dos grupos interessados nos altos valores da continuidade da obra e no não rompimento do acordo nuclear Brasil-Alemanha (terá tope para isso?), os ecologistas prometem um amplo movimento. A questão é se o presidente Itamar vai ou não contrariar mais uma vez o que pregava o senador Itamar.

MOUZAR BENEDITO



GOLPE NA GUATEMALA. O presidente Jorge Serrano dissolveu o Congresso e a Corte Suprema e suspendeu a Constituição. O golpe, que teve o apoio das Forças Armadas, elimina os minúsculos avanços obtidos na área dos direitos humanos e garante a manutenção da enorme presença militar em todos os terrenos da sociedade guatemalteca, inclusive o econômico.

PÉREZ EM JULGAMENTO. O Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela autorizou, em 20 de maio, o processo do presidente Carlos Andrés Pérez por corrupção. Pérez foi em seguida afastado pelo Congresso durante o seu julgamento. O presidente do Congresso, Octavio Lepage, foi designado presidente interino. Pérez e dois ex-ministros são acusados de terem embolsado US\$ 11 milhões.

CONTRA A MUTILAÇÃO. A Organização Mundial de Saúde definiu que vai empreender uma campanha contra a "circuncisão" feminina. Prática ritual na Somália, Etiópia, Quênia e outros países da África e da Ásia, a mutilação genital realizada em meninas atinge hoje 80 milhões de mulheres.

POBREZA NO CONTINENTE. Estudo divulgado agora pela Cepal mostra que em 1990, para uma população da América Latina de 427 milhões de pessoas, 196 milhões (45,9%) viviam em situação de pobreza e, destes, 93,5 milhões (22%) eram indigentes - número 2,5% maior do que em 1986. No Brasil, os pobres eram 69,8 milhões em 1990 (sendo 34,8 milhões de indigentes), 10% a mais do que em 1989.

OFENSIVA DE YELTSIN. O presidente russo está articulando uma "constituente" com representantes das repúblicas, negociando em troca maior autonomia e vantagens econômicas. 66 das 88 regiões do país confirmaram o envio de dois representantes cada para o encontro. Embora só o Parlamento possa alterar a Constituição, este está também fazendo uma proposta de reforma constitucional para discutir com as regiões, procurando apresentar uma alternativa à proposta de Yeltsin.

DINAMARCA DIZ SIM. O novo referendo naquele país aprovou, por 56,8% dos votos, o ingresso no Tratado de Maastricht, dando novo alento político à União Europeia. O tratado foi bastante alterado, depois da primeira negativa, reduzindo o poder dos órgãos centrais da Comunidade e as exigências de enquadramento das políticas econômicas nacionais.

AIDS E FUMO. A sobrevivência entre fumantes adictos é muito menor. Os soropositivos fumantes levaram 8,17 meses para desenvolverem a doença, contra 14,5 meses para os não-fumantes. Entre os que tiveram pneumonia, os fumantes a desenvolveram em 9 meses, contra 16 meses dos não-fumantes. Este é o resultado de uma pesquisa de cinco anos, na Inglaterra com 84 pacientes, (43 fumantes e 41 não-fumantes).



Encruzilhada sangrenta

Conflitos, desunião da esquerda e muitas mortes marcam a transição.

O assassinato de Chris Hani e os protestos que mobilizaram milhões no mês de abril mostraram a outra face do processo de transição na África do Sul. A morte de Hani, que havia sofrido ameaças, não inaugurou a violência no país. Nem os protestos, radicalizados, foram a primeira demonstração de inconformidade com o regime e a manutenção de fato do apartheid.

Enquanto as negociações entre governo, CNA (Congresso Nacional Africano) e Partido Comunista são truncadas, interrompidas e lentas, a violência política faz suas vítimas a uma média de 4,25 mortes por dia (primeiro trimestre de 1993). O regime, mais do que abrir fogo contra as manifestações de revolta, estimula a violência através de forças conservadoras, como o partido zulu Inkatha ou o Movimento de Resistência Africãner.

A perspectiva de eleições para uma Assembleia Constituinte na base de "uma pessoa, um voto", no início de 1994, é o principal produto da retomada das negociações após a morte de Hani. Se realmente acontecerem, as eleições criarão um quadro novo no país. Não há, no entanto, nenhuma indicação de que a partir de junho, quando a data deverá ser definida, a tranquilidade vá predominar.

TRANSIÇÃO ATÉ ONDE? A ampla maioria da população negra não teve nenhum benefício material com o fim das leis básicas do apartheid. O desemprego atinge mais de 50%. Mudanças cosméticas nos serviços públicos são acompanhadas de processos de privatização acelerada, onde o acesso é regulado segundo a renda. Segundo o próprio governo, cerca de 25% da população vive em "áreas informais", sem nenhuma infra-estrutura. Nas cidades, a maioria dos trabalhadores têm contratos temporários e alugam camas em albergues insalubres, enquanto as famílias passam fome na área rural.

O processo de negociação do CNA e do Partido Comunista com o governo, iniciado em 1990, está neste momento centrado na realização das eleições e na constituição de um

governo provisório. O Congresso Panafricanista, crítico ao processo, participou pela primeira vez na rodada de março. Embora convidada, a AZAPO (Organização do Povo da Azânia) não participou dessa rodada. Grupos como WOSA (Workers Organization for Socialist Action) vêm nos acordos em discussão a costura de uma camisa-de-força sobre a constituinte.

O governo tem insistido na perspectiva de uma nova ordem institucional com garantias e direito de veto pelas "minorias". Para o regime, interessa defender a propriedade da terra, expropriada dos negros através de guerras e decretos, os interesses dos monopólios (75% das ações na bolsa de Johannesburg são controladas por quatro grandes conglomerados), as forças armadas e o emprego dos trabalhadores brancos, especialmente no controle da máquina administrativa. Uma importante questão em disputa é a manutenção ou não do sistema de *bantustões*, utilizado pelo regime para dividir os negros segundo origem e residência e constituir elites locais manobradas pelo governo central. Essa disputa, expressa elegantemente como "centralismo versus federalismo", tem como pano de fundo a constituição imposta dos chamados territórios "independentes", excluindo essas populações da cidadania sul-africana.

O CNA propõe a constituição de um governo com mandato de cinco anos que inclua, com base na proporção dos votos, todos os partidos que obtiverem pelo menos cinco por cento nas eleições. Um governo com essa composição dificilmente teria condições de implementar mudanças significativas no país.

As eleições, de qualquer forma, abririam um quadro completamente novo. Pela primeira vez os negros estarão votando, segundo a regra "uma pessoa, um voto". A expectativa gerada nesse processo com certeza pressionará a constituinte para ir além dos acordos.

UMA PROVOCAÇÃO? O assassinato de Hani, nesse quadro, é uma manifestação trágica das tensões que cercam o processo de negociação.

GLOSSÁRIO

Apartheid: Sistema político e legal dominante na África do Sul até recentemente, que estabelecia a separação de raças e a supremacia dos brancos. Representa a transformação do racismo em política de Estado.

Bantustões: Regiões que o governo sul-africano atribuiu a cada tribo em terras pobres e sem valor estratégico, reforçando lideranças tradicionais e cooptando-as para um sistema de dependência frente ao Estado racista. Os trabalhadores negros eram proibidos de deslocar-se definitivamente para as grandes cidades onde trabalhavam.

CNA: O Congresso Nacional Africano é uma ampla frente política de luta contra o apartheid. Multirracial, liderado por Nelson Mandela, o CNA centra sua atividade na conquista de direitos civis da maioria negra. O PC sul-africano é uma força política central no CNA.

Hani foi, durante muitos anos, líder do Umkhonto we Sizwe ("lança da nação"), braço armado do CNA. Sua trajetória fazia com que fosse o dirigente com mais capacidade de conquistar o apoio da juventude para as conversações. Sua morte é percebida, por amplos setores dessa juventude radicalizada, como uma provocação: a demonstração de que a suspensão da luta armada pelo CNA é um recuo unilateral e de que não haverá tréguas. Ganham prestígio entre a juventude as ações do Exército de Libertação do Povo da Azânia, braço armado do Congresso Africanista.

O complô para matar Joe Slovo, presidente do PC, descoberto no final de abril, indica também a escolha preferencial do PC como alvo, provavelmente numa perspectiva de desestabilização das relações com o CNA.

A morte de Hani tem também o simbolismo da resistência à ascensão dos negros, em particular de um setor da classe média negra, com o fim das leis do apartheid. Hani e sua família haviam-se mudado para um bairro "branco", e sua filha estudava em uma escola até dois anos atrás fechada para negros.

O assassinato desmente a versão construída pelo governo de que a violência na África do Sul é, principalmente, de "negros contra negros". O matador era branco e polonês, com ligações com o Partido Conservador, e a origem da arma indica envolvimento da polícia. Mas o mais importante é a impunidade que o encorajou a alvejar Hani em plena luz do dia, deixar-se prender poucas horas após o incidente, e ter o descaramento de pedir estatu-

to de "prisioneiro político" dois dias depois.

DIAMANTES E VIDRO. Os interesses em jogo na África do Sul são muito altos. Diferente do que ocorreu no resto do continente, ali se constituiu uma economia poderosa, um parque industrial, infra-estrutura. Também se constituiu uma minoria branca significativa (cerca de 15%), que criou raízes no país - embora "africanos" fosse a palavra usada para identificar os negros. Não haverá nenhum avanço significativo para a maioria sem resistência e enfrentamento com o regime e a minoria branca que o sustenta.

Por outro lado, os partidos no poder têm se mostrado incapazes de administrar os conflitos resultantes da opressão racial e da tremenda desigualdade social que não foi atenuada com a abolição formal das leis do apartheid. Nos anos 80, apesar da repressão continuada, consolidou-se no país uma rede de organizações de massa, incluindo desde os sindicatos até as associações de bairro. Greves, boicotes, passeatas fazem parte do cotidiano das cidades.

Essa será uma transição com certeza mais violenta do que os últimos processos de transição para governos civis na América do Sul. A garantia de eleições livres e limpas dependerá da mobilização de amplos setores da população. Também não será uma transição controlada pelas elites. Unificar a esquerda é um dos grandes desafios para alterar decisivamente a correlação de forças no país.

ELIZABETH BURIGO

(esteve na África do Sul em abril passado)

A "Era do Swing" ao alcance de todos

Lançado no Brasil livro que retrata a época de ouro das grandes orquestras do jazz

Os caminhos do jazz sempre foram infindáveis. Dos trompetes de King Oliver e Bix Beiderbecke em New Orleans, ainda na década de 20, ao jazz-rock dos anos 70 do experimentalismo *fusion* de Miles Davis ao *free-jazz* de hoje, sempre houve vertentes a descobrir e tendências a explorar. Uma fase, porém, permanece imbatível como a mais prolífica da história do ritmo criado às margens do Mississipi: a era das grandes orquestras de jazz, mais conhecidas como *Big Bands*. É justamente a Era do Swing (como foram chamados os anos compreendidos entre 1935 e 1946) que reaparece agora, pintada com todas as suas cores no contagiante livro *As grandes orquestras de jazz*, de George T. Simon. Uma obra-prima.

PAIXÃO E GLÓRIA. Simon tem credenciais. Durante muito tempo tocou bateria na orquestra de Glenn Miller, experiência que mais tarde lhe renderia seu primeiro livro, *O inesquecível Glenn Miller*. Fundou uma das mais influentes revistas de música do mundo, a lendária *Metronome*. Foi do alto de seu cargo de editor da *Metronome* que Simon assistiu de camarote à vida, paixão e glória da Era do Swing, convivendo lado a lado com todas as cenas e os grandes nomes da época. Con-

dençou suas experiências em quase mil páginas que cativam qualquer fã de boa música e retratos de época.

Está tudo lá. Benny Goodman e sua excelente orquestra (com Gene Krupa à bateria) botando fogo nos teatros onde se apresentavam; Tommy Dorsey, com Frank Sinatra nos vocais, e o Pied Pipers; o próprio Glenn Miller, emocionando as platéias ao som de "Moonlight Serenade" e "Blueberry Hill". E mais Count Basie, Duke Ellington, Wood Hermann, Harry James, Stan Kenton, Guy Lombardo, Artie Shaw e muitos outros *band-leaders* em fotos e entrevistas exclusivas e/ou inéditas. O ponto forte é que Simon não se atém apenas ao cenário musical, tecendo comentários que ilustram e encaixam a Era do Swing em seu devido lugar na história.

Mesmo com o trauma do *crack* da bolsa de Nova York e da violenta recessão ainda pairando no ar, milhares de pessoas apostavam na diversão como o melhor remédio para a crise, acotovelando-se nos inúmeros salões de baile e teatros que habitavam cada esquina. As *Big Bands* reinavam soberanas, com admiradores nos quatro cantos do mundo, inclusive no Brasil.

O FIM DAS BIG BANDS. Em meio a esse cenário floresceu a maioria das cercas de 450 or-



Miles Davis

questras apresentadas, que renderam 72 capítulos especiais focalizando as mais importantes. Por motivos óbvios, o capítulo Glenn Miller é o mais

longo de todos. Como o único critério de avaliação foi o musical, Simon não se furtou a incluir todas as orquestras negras de destaque no período.

Com prefácio do pré-mafioso Frank Sinatra, o livro abrange tudo: arranjadores, solistas, músicos, cantores (o próprio Sinatra, as belas vozes de Dick Haymes e Tony Martin), imprensa, rádio, público. Termina retratando o declínio da Era e das orquestras, que coincide com o trágico desaparecimento de Glenn Miller e a eclosão da Segunda Guerra, que tornou inviáveis os custos de manutenção das bandas e suas gigantescas estruturas.

Os comentários feitos nas mesmas linhas das frases pelo co-autor brasileiro Edman Ayres de Abreu, um especialista no assunto, tornam as locuções, gírias e expressões coloquiais do jazz americano mais inteligíveis ao leitor, enriquecendo o trabalho. Considerada por alguns o movimento artístico mais importante já surgido depois do Impressionismo na pintura, a Era do Swing tem experimentado um *revival* com força total nos campi de universidades norte-americanas, com estudantes tocando em formação orquestral arranjos de Count Basie, Artie Shaw e Les Brown nos bailes de sábado à noite. A música das grandes orquestras pode até voltar. A Era, jamais.

GEORGE T. SIMON. *AS GRANDES ORQUESTRAS DE JAZZ*, EDITORA ÍCONE

CARLOS EDUARDO OLIVEIRA

No subtítulo de seu livro, Eugênio Bucci declara que escreveu oito ensaios "sobre cultura e poder", mas o assunto real do livro é como as grandes empresas de comunicação entram na política pela porta da página impressa ou pela janela da televisão.

O ensaio que melhor evidencia essa visão crítica de Bucci sobre os meios de comunicação é o curto porém brilhante capítulo sobre o "Fantástico", da TV Globo. Partindo das matérias sobre doenças e remédios - uma constante na programação do "Fantástico" - o autor denuncia a exploração que o programa faz do medo da morte, comum a todos os telespectadores, para detectar a ideologização praticada pela emissora.

No "Fantástico", a Rede Globo procura formas indiretas porém eficazes de apresentar a vitória do certo sobre o errado, dicotomia maniqueísta que é o eixo central da ideologia que a TV passa permanentemente para as massas. A idéia do "mal" é substituída pela "doença" e a do "bem" pela "saúde". Logo, quem está doente é diferente, e deve ser combatido.

Para ilustrar seu raciocínio, sofisticado porém convincente, Bucci reporta-se ao final de 1989, quando Lula e Collor disputavam a presidência da República e o programa apresentou as biografias resumidas dos dois candidatos: "Collor, enquadrado entre folhagens, com uma cascata ao fundo, vincula-se à na-

tureza virgem, à saúde. Lula, mostrando sua mão defeituosa, é associado à doença, ao defeito físico, ao hospital. Lula é a doença; Collor a cura".

NOVELAS NOVELESCAS. É como um tom igualmente perspicaz e irônico, mas sempre de crítica política, que o autor comenta duas telenovelas e uma série da Globo.

"Roda de Fogo" (exibida entre agosto de 1986 e março de 1987), para Bucci, é uma parábola da história da luta de classes no Brasil, graças, segundo palavras do próprio autor, a uma tele-dramaturgia "que tem um pé no marxismo convencional e outro pé na melhor técnica de entretenimento de massa".

Mas o significado da parábola não se encontra na "fachada" da novela - a trama de amor e ódio, poder político e poder econômico. E sim nas ligações afetivas entre os personagens, principais ou secundários. É extremamente engenhosa a análise que Bucci faz dos inúmeros e diversificados movimentos de oposição e atração entre casais, cônjuges, pais e filhos, para

mostrar as relações de classes e de frações de classes, as condições antagonicas e as oposições secundárias. Mas, talvez por isso mesmo, a alguns a comparação poderá parecer um pouco artificial em certos momentos. Mas não deixa de ser um retrato, senão do Brasil, certamente da "história do Brasil", na versão global.

O processo é semelhante no

LIVROS

Por trás da telinha

Uma coletânea de análises nada ingênuas sobre as artimanhas da TV



ensaio sobre "O Dono do Mundo" (exibida de 20 de maio de 1991 a 3 de janeiro de 1992). Aí, a parábola tecida por Bucci procura mostrar o paralelo entre a figura da heroína (Márcia, vivida por Malu Mader) e a da sociedade, ou da "Pátria", no sentido de que, tanto na novela quanto na vida real, ela é seduzida, enganada e subjugada pelos seus exploradores e dominadores. "O infortúnio de Márcia faz uma fábula do calvário da nação, esta senhora ambígua, macaca de auditório das telenovelas, amante incorrigível dos pilantras poderosos que a seduzem caprichosamente."

VALE O GLAMOUR. Novamente, a alguns poderá parecer um pouco forçada a analogia entre destinos e personagens. Mas Bucci adverte: as simetrias são infinitas. E termina com uma ponta de ceticismo desencantado: "Pouco importa que ele minta. Na TV e no vídeo o que vale é o *glamour*".

Em "Anos Rebeldes" (série exibida de 14 de julho a 14 de agosto de 1992) Eugênio Bucci

critica, fundamentalmente, a imagem dos esquerdistas que é passada pela TV Globo. "Anos Rebeldes desmerece a memória e a atualidade da esquerda brasileira."

Ao mostrar o "guerrilheiro movido... apenas" a idealismo, ela (a obra) reduz a luta armada a um equívoco de jovens bem intencionados, mas pouco ajuizados. Ao mesmo tempo, transforma as causas da esquerda em coisas passadas, em demandas antigas, superadas, que hoje apenas nos viriam como nostalgia". Isso, para Bucci, é "um discurso político de campanha da fraternidade, a um tempo choroso e filantrópico, sentimental e pouco racional. Um discurso político politicamente esvaziado, portanto, feito de encomenda para comover tardiamente todo o pessoal conservador que apoiou de um modo ou de outro o golpe militar".

Nas greves e nas manifestações dos anos 70 e 80, os ativistas sindicais e partidários gritavam um *slogan* que se tornou famoso: "O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo!"

Como todo *slogan*, esse também não será inteiramente verdadeiro, e há sempre o risco de a verdade ser exatamente o oposto do que pretendem dizer as consignas. Mas de uma verdade pelo menos podemos ter certeza: as análises de Bucci sobre a Globo podem não ser consensuais, mas seguramente não são ingênuas.

PERSEU ABRAMO

Foi há quase treze anos. Lembro-dodia, 29.8.1980, e do local, o auditório do Sindicato dos Químicos de São Paulo. Era uma homenagem a Trotsky, organizada pelas ex-Organização Socialista e Convergência Socialista, por ocasião do 40º aniversário de seu assassinato. Na mesa, dois antigos militantes trotskistas: Hermínio Sacchetta e Fúlvio Abramo. Foi neste dia que conheci Fúlvio Abramo, iniciando uma amizade e convivência quase cotidianas. Mais, foi desde então que as palavras socialismo e liberdade tomaram sentido para mim.

Ele tinha então 71 anos. Apesar dos cabelos brancos, sua postura e seu vigor revelavam o militante que sempre defendeu os interesses e a independência dos trabalhadores, mesmo que o custo fosse, como o foi, sua vida pessoal. Nestes anos jamais se furtou a dar seu apoio aos sindicatos e oposições cutistas, nem tampouco ao PT. Em particular ao PT, cujo surgimento o entusiasmou, pois viu nele a oportunidade histórica de o objetivo de sua luta política possuir uma organização de massas, sepultando os duvidosos compromissos de classe do stalinismo.

COERÊNCIA. Sem jamais se afastar de seu compromisso com os trabalhadores, ele sempre tinha em mente que para chegar lá era preciso ser firme nos princípios e transigir no acessório. Talvez tenha aprendido isto na infância, na convivência com o avô anarquista e o pai, um humanista. Isto pode ser admiravelmente visto nos acontecimentos de 7 de outubro de 1934, quando coordenou a união das esquerdas (com trotskistas e stalinistas lado a lado) no enfrentamento armado contra os integralistas na Praça da Sé. Ou então, quando presidiu o comando de greve dos jornalistas em 1961, quando congregou todas as tendências da categoria em um movimento vitorioso.

Esta coerência e vigor, que o tornavam respeitado mesmo aos olhos de seus adversários políticos, ele os empregou nos últimos anos de sua vida no CEMAP, para preservar a memória de várias gerações de combatentes do socialismo e deixar este legado às novas gerações, cujos "caras-pintadas", aliás, o deixaram extremamente entusiasmado durante o "caso Collor".

O que também era marcante com Fúlvio era sua permanente busca de atualização, do novo. Não era um "beato", gênero "marxista-leninista". Tinha um verdadeiro horror à estreiteza intelectual. Por isso, ouvir Fúlvio Abramo não era escutar o eco de uma vivência longínqua, era dialogar com o passado com os olhos postos no futuro.

DAINIS KAREPOVS

"O próprio Fúlvio Abramo, em suas declarações afirma: "que o declarante pretende continuar na luta encetada para a emancipação do proletariado, dentro do programa comunista". Trata-se, pois, de um indivíduo que (...) deve ser afastado do convívio social." (Delegado Geraldo Cardoso de Mello, 29/6/1936)

FÚLVIO ABRAMO
20/4/1909 - 3/5/1993

SOCIALISMO E LIBERDADE



ARIELINO DA FAMILIA

Coerência e dignidade. Quantos podem sustentá-las durante mais de 80 anos de vida? Às vésperas de completar 84 anos, há dois meses de sua morte, Fúlvio Abramo convidava-nos, os companheiros do CEMAP, a auxiliar um grupo de trabalhadores a estudar a história do movimento operário. Nos olhos e nos gestos de Fúlvio era possível encontrar a mesma força do militante que, no dia 7 de outubro de 1934, abriu o vitorioso comício na Praça da Sé contra as forças integralistas de Plínio Salgado.

Antes deste episódio memorável, o jovem Fúlvio passara por uma educação refinada no Instituto Médio Dante Alighieri, escola que precisou abandonar em 1926 por dificuldades econômicas de sua família. Esta passagem pelo "Dante", aliada a um convívio familiar marcado pelo anarquismo do avô e o humanismo do pai, deixou as marcas do sofisticado intelectual autodidata, que transitava pela dialética marxista, pela literatura italiana e pela botânica com grande segurança e habilidade.

Em 1928 iniciou-se como jornalista no *Diário da Noite*, profissão que exercerá até idade avançada. Passou por muitas redações e teve uma brilhante atuação no jornalismo da Rádio Eldorado, que dirigiu em 1958, imprimindo um estilo inovador ao "Jornal Falado".

ANTIESTAUNISTA. Mas foi a luta política que moveu a sua existência. Na contracorrente da história, crítico da atuação do PCB no início da década de 1930, Fúlvio aliou-se a Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Rodolpho Coutinho, João da Costa Pimenta, ingressando na Liga Comunista Internacionalista. Esta organização alinhava-se com Leon Trotsky em seu combate contra a orientação imposta por Stalin ao socialismo na URSS e na Internacional Comunista. Fúlvio empregou toda sua energia nestes anos, e somente a prisão em 1936 e o exílio na Bolívia, a partir de 1937, interromperam a luta do militante antistalinista no Brasil.

No exílio boliviano aprimorou seus estudos botânicos e tornou-se professor e diretor da Escuela Prática de Agricultura e Granadería de Santa Cruz de la Sierra. Continuando a atividade política, também formou cursos de marxismos para trabalhadores bolivianos e teve influência na fundação do Partido Obrero Revolucionario.

Em 1946, de volta ao Brasil, reencontra seus antigos companheiros no Partido Socialista Brasileiro, onde dirigiu o jornal *Folha Socialista*. No PSB, exerceu os dois únicos cargos públicos de sua vida, o de chefe de gabinete da Secretaria de Higiene e diretor de Abastecimento da prefeitura de São Paulo. Deste último falava com o orgulho de quem, pela primeira vez, havia quebrado o esquema de corrupção dos atravessadores, fazendo chegar alimento mais barato ao consumidor.

Milita no PSB até seu fechamento pelo golpe de 1964, e também no Sindicato dos Jornalistas, onde liderou uma greve fundamental para a categoria em 1961. Com o golpe, engaja-se na luta democrática e em 1980, animado com as perspectivas políticas que a ideia de um Partido dos Trabalhadores trazia, engajou-se desde o início no movimento partidário. Em 1981 participa da fundação do PT e, ao mesmo tempo, funda com alguns companheiros o Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa - CEMAP, sua atividade principal nos últimos anos.

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA. No CEMAP, atuava como intelectual preocupado em preservar a memória histórica dos trabalhadores, e também como o militante obstinado em difundir e clarificar o marxismo e o socialismo.

Apesar de ter tido tempo de ver o desmoronamento da farsa soviética montada em nome do socialismo, falso mundo socialista que ele combateu desde a juventude, Fúlvio angustiava-se com a imensa confusão política e ideológica que se instaurou desde a queda do Muro de Berlim. Espantava-se com a surpresa dos crédulos do chamado "socialismo real" e se ressentia ao perceber-se parte de uma geração de marxistas injustamente confundida com aqueles que combatera.

Fúlvio morreu descontente com o ressurgimento das velhas teorias obscurantistas e versões decadentes de um capitalismo de outro século. Mas aqueles que conviveram com ele sabem que Fúlvio não se considerava frustrado por não ter visto a vitória de "suas ideias". Como socialista e marxista, buscava criticamente a verdade e sabia que a luta literária é longa e difícil.

Na verdade, seu descontentamento transformava-se num apelo e num protesto aos que o cercavam. Apelo que apontava para o futuro, para a busca da clarificação da crise teórica e política de nosso tempo. Protesto contra a militância de holerite, pela manutenção da ideia do socialismo dos homens livres.

Aos 84 anos, Fúlvio Abramo carregava a justa inconformidade da juventude e a serenidade dos que não transigiram com seus princípios. Nestes tempos, que melhor lição poderia nos deixar?

JOSÉ CASTILHO MARQUES NETO
COLABOROU VITO LETÍZIA



BRASIL AGORA

